

Balanços patrimoniais

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	05	102.266	201.571	118.036	216.668
Aplicações financeiras	05	6.631	28.023	11.717	28.791
Contas a receber de clientes	06	215.758	771.700	203.616	665.589
Estoques	07	1.012.434	1.588.298	1.014.982	1.626.575
Impostos e contribuições a recuperar	08	155.242	90.228	157.006	101.742
Outros ativos circulantes	09	47.699	10.809	48.000	7.693
Instrumentos financeiros derivativos	28	16.670	129.313	16.670	129.313
Despesas antecipadas		10.303	10.274	10.473	10.789
Total do ativo circulante		1.567.003	2.830.216	1.580.500	2.787.160
Aplicações financeiras	05	13.312	16.765	13.312	16.765
Contas a receber de clientes	06	-	10	-	1.096
Impostos e contribuições a recuperar	08	701.659	122.400	701.659	122.400
Ativos mantidos para venda	10	111.987	112.745	111.987	112.745
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	-	164.785	11.343	177.395
Depósitos de demandas judiciais	09.2	27.498	32.309	27.498	32.309
Outros ativos não circulantes	09.1	95.721	83.953	95.721	83.953
Despesas antecipadas		5.652	9.669	5.653	9.669
		955.829	542.636	967.173	556.332
Direito de uso de Ativo	15	23.190	-	23.457	-
Investimentos	11	24.623	21.772	-	-
Outros investimentos		2.418	2.327	2.418	2.327
Ativo imobilizado	12	1.285.642	1.266.555	1.286.475	1.267.510
Ativo intangível	12	10.063	10.165	10.063	10.165
		1.345.936	1.300.819	1.322.413	1.280.002
Total do ativo não circulante		2.301.765	1.843.455	2.289.586	1.836.334
Total do ativo		3.868.768	4.673.671	3.870.086	4.623.494

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

PASSIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Fornecedores	13	494.270	1.308.257	495.498	1.257.987
Operações com forfaiting e cartas de crédito	14	85.641	66.914	85.641	66.914
Arrendamento mercantil	15	12.157	-	12.335	-
Empréstimos e financiamentos	16	568.009	131.829	568.009	131.829
Instrumentos financeiros derivativos	28	49.381	26.449	49.381	26.449
Salários e encargos sociais	17	50.773	59.902	50.881	60.061
Impostos e contribuições a recolher	18	12.319	9.691	12.455	11.139
Dividendos a pagar	20	172	26.274	172	26.274
Passivos relacionados a contratos de clientes	20	10.980	192.515	11.097	193.122
Outros passivos circulantes	20	70.919	55.353	70.561	55.979
Total do passivo circulante		1.354.621	1.877.184	1.356.030	1.829.754
Fornecedores	13	77	-	77	-
Arrendamento mercantil	15	12.185	-	12.289	-
Empréstimos e financiamentos	16	1.642.876	2.017.084	1.642.876	2.017.084
Provisão para demandas judiciais	19	191.910	174.160	191.910	174.159
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.2	45.508	-	45.508	-
Provisão para patrimônio líquido negativo	11	195	2.746	-	-
Total do passivo não circulante		1.892.751	2.193.990	1.892.660	2.191.243
Total do passivo		3.247.372	4.071.174	3.248.690	4.020.997
Capital social	21.a	2.069.566	1.990.708	2.069.566	1.990.708
Debêntures conversíveis em ação	21.b	25.787	104.645	25.787	104.645
Custo de Capitalização		(5.375)	(5.375)	(5.375)	(5.375)
Ajuste de avaliação patrimonial	21.h	(725.690)	(761.490)	(725.690)	(761.490)
Ações em tesouraria		(741)	(741)	(741)	(741)
Prejuízos acumulados		(742.151)	(725.250)	(742.151)	(725.250)
Patrimônio líquido	21	621.396	602.497	621.396	602.497
Total do patrimônio líquido		621.396	602.497	621.396	602.497
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.868.768	4.673.671	3.870.086	4.623.494
Valor patrimonial por ação – em reais (R\$)		14,32	14,79		

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto (prejuízo) lucro por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018 Reclassificado	2019	2018 Reclassificado
Receita líquida de vendas	22	5.540.040	5.092.330	5.227.641	4.765.777
Custo dos produtos vendidos	23	(5.491.320)	(4.837.369)	(5.164.429)	(4.495.172)
Lucro bruto		48.720	254.961	63.212	270.605
Despesas comerciais	23	(27.536)	(27.816)	(29.620)	(30.011)
Gerais e administrativas	23	(84.990)	(77.210)	(86.581)	(78.573)
Honorários da administração	11.4	(8.231)	(7.601)	(8.232)	(7.601)
Equivalência patrimonial	11.1	2.456	7.202	-	-
Participação dos empregados e administradores		(7.876)	(29.345)	(7.938)	(29.467)
Outras despesas	24	(269.619)	(237.409)	(269.602)	(231.815)
Outras receitas	24	461.067	58.889	461.115	57.286
Despesas operacionais		65.271	(313.290)	59.142	(320.181)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		113.991	(58.329)	122.354	(49.576)
Despesas financeiras	25	(674.085)	(1.180.478)	(706.745)	(1.217.038)
Receitas financeiras	25	745.312	790.930	770.885	822.650
Lucro(prejuízo)antes do imposto de renda e contrib. social		185.218	(447.877)	186.494	(443.964)
Imposto de renda e contribuição social corrente	26.2	-	-	(10)	(1.424)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.2	(210.293)	124.504	(211.559)	122.015
Imposto de renda e contribuição social		(210.293)	124.504	(211.569)	120.591
Prejuízo do exercício		(25.075)	(323.373)	(25.075)	(323.373)
Prejuízo básico por ação ordinária em reais		(0,61603)	(7,97705)	(0,61603)	(7,97705)
Prejuízo diluído por ação ordinária em reais		(0,60307)	(7,33451)	(0,60307)	(7,33451)

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Controladora/Consolidado	
	2019	2018
Prejuízo do exercício	(25.075)	(323.373)
Outros componentes do resultado abrangente, líquidos dos efeitos tributários		
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado	43.974	37.348
Hedge fluxo de caixa-Receita exportação ACC/PPE	(133)	2.168
Hedge fluxo de caixa-NDF receita de vendas	46.796	31.524
Hedge fluxo de caixa-Custo metal x Futuro bolsa	(2.873)	3.157
Ganhos var. camb. investimentos exterior	184	499
Total do resultado abrangente do exercício	18.899	(286.025)
Atribuível a		
Acionistas da Companhia	18.899	(286.025)

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Debêntures conversíveis em ações	Custo de Capitalização	Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017		1.984.751	110.602	(5.375)	(741)	(414.356)	(786.359)	888.522
Aumento de capital		5.957	(5.957)	-	-	-	-	-
Transações de capital com os sócios		5.957	(5.957)	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros líquido de tributos	21.h	-	-	-	-	-	36.849	36.849
Ganhos e perdas var camb. investimento exterior	21.h	-	-	-	-	-	499	499
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	21.h	-	-	-	-	16.206	(16.206)	-
Imposto s/ realiz. do ajuste de avaliação patrimonial	21.h	-	-	-	-	(3.727)	3.727	-
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	12.479	24.869	37.348
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(323.373)	-	(323.373)
Saldo em 31 de dezembro de 2018		1.990.708	104.645	(5.375)	(741)	(725.250)	(761.490)	602.497
Aumento de capital	01	78.858	(78.858)	-	-	-	-	-
Transações de capital com os sócios		78.858	(78.858)	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros líquido de tributos	21.h	-	-	-	-	-	43.790	43.790
Ganhos e perdas var camb. investimento exterior	21.h	-	-	-	-	-	184	184
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	21.h	-	-	-	-	10.899	(10.899)	-
Imposto s/ realiz. do ajuste de avaliação patrimonial	21.h	-	-	-	-	(2.725)	2.725	-
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	8.174	35.800	43.974
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(25.075)	-	(25.075)
Saldo em 31 de dezembro de 2019		2.069.566	25.787	(5.375)	(741)	(742.151)	(725.690)	621.396

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro(prejuízo)antes do imposto de renda e contrib. social	185.218	(447.877)	186.494	(443.964)
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido com recursos gerado pelas atividades operacionais				
Valor residual de ativo permanente baixado	(110)	6	(110)	6
Depreciação e amortização	152.204	148.080	152.326	148.197
Amortização direito de uso do ativo	13.695	-	13.863	-
Equivalência patrimonial	(2.456)	(7.201)	-	-
Provisões para patrimônio líquido negativo	195	2.746	-	-
Provisão (reversão) perda estimada do valor recuperável	(4.575)	2.766	(4.814)	(1.302)
Provisão de outras perdas estimadas	(20.877)	3.115	(20.877)	3.115
Provisão para perdas demandas judiciais	48.009	49.864	48.009	49.864
Ajuste a valor presente - clientes e fornecedores	(3.402)	(415)	(6.617)	(2.193)
Encargos financeiros	204.836	424.607	205.029	424.842
	572.737	175.691	573.303	178.565
(Acréscimo) decréscimo de ativos				
Contas a receber de clientes	560.442	(353.390)	470.962	(285.588)
Estoques	574.630	26.420	610.359	23.482
Impostos e contribuições a recuperar	(642.187)	(13.258)	(633.430)	(17.142)
Despesas antecipadas	3.988	1.957	4.332	2.315
Depósitos de demandas judiciais	(15.674)	(4.061)	(15.674)	(4.061)
Instrumentos financeiros derivativos	156.818	(10.017)	156.818	(9.980)
Ativos mantidos para venda	14.613	1.152	14.613	1.152
Outros ativos circulantes e não circulantes	(45.704)	(6.661)	(49.120)	(3.697)
Acréscimo (decréscimo) de passivos				
Fornecedores	(803.138)	503.462	(751.615)	452.887
Operações com forfaiting e cartas de crédito	18.240	(15.040)	18.240	(15.040)
Impostos e contribuições a recolher	2.628	(11.706)	2.733	(11.694)
Provisão para demandas judiciais	(26.526)	(61.909)	(26.525)	(61.910)
Salários e encargos sociais	(9.129)	10.296	(9.180)	10.294
Instrumentos financeiros derivativos	23.358	(154.270)	23.358	(154.270)
Adiantamentos de clientes	(177.154)	154.512	(177.644)	151.398
Outros passivos circulantes e não circulantes	19.586	5.358	18.602	6.543
Caixa gerado pelas operações	227.528	248.536	230.132	263.254
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(431)	(1.424)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	227.528	248.536	229.701	261.830
Atividades de investimento				
Aplicações financeiras efetuadas	(3.649.810)	(566.685)	(3.844.295)	(566.727)
Aplicações financeiras resgatadas	3.674.655	574.256	3.864.822	574.256
Outros investimentos	(91)	-	(91)	-
Variação de capital de sociedade controlada	(2.947)	-	-	-
Adições em imobilizado e intangível	(169.005)	(197.900)	(169.007)	(197.931)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(147.198)	(190.329)	(148.571)	(190.402)
Atividades de financiamento				
Ingressos de empréstimos e financiamentos	123.634	23.557	123.634	23.557
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(142.029)	(107.598)	(142.029)	(107.595)
Pagamento de Juros s/ empréstimos	(124.396)	(116.273)	(124.396)	(116.273)
Ingressos de arrendamento mercantil	(9.397)	-	(9.524)	-
Dividendos	(27.447)	-	(27.447)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(179.635)	(200.314)	(179.762)	(200.311)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(99.305)	(142.107)	(98.632)	(128.883)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	201.571	343.678	216.668	345.551
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	102.266	201.571	118.036	216.668
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(99.305)	(142.107)	(98.632)	(128.883)

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas				
Vendas de mercadorias e serviços	6.154.516	5.628.915	5.768.614	5.201.731
Provisão de perda estimada de crédito liquidação duvidosa	4.575	(2.767)	4.815	(2.209)
Outras receitas	458.871	47.897	458.919	49.060
Insumos adquiridos de terceiros (Inclui o valor dos impostos - ICMS e IPI)				
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(5.191.759)	(4.601.754)	(5.020.256)	(4.259.111)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(678.295)	(563.750)	(688.250)	(584.911)
Valor adicionado bruto	747.908	508.541	523.842	404.560
Retenções				
Depreciação e amortização	(152.204)	(148.080)	(152.326)	(148.197)
Amortização direito de uso do ativo	(13.695)	360.461	(13.863)	256.363
Valor adicionado líquido	582.009		357.653	
Recebido de terceiros				
Resultado de equivalência	2.456	7.201	-	-
Receitas financeiras	745.312	790.930	770.885	822.650
Valor adicionado total a distribuir	1.329.777	1.158.592	1.128.538	1.079.013
Distribuição do valor adicionado	1.329.777	1.158.592	1.128.538	1.079.013
Pessoal e encargos	235.368	247.165	237.057	248.949
Impostos, taxas e contribuições	433.207	48.997	196.852	(69.687)
Juros e aluguéis	686.277	1.185.803	719.704	1.223.124
Prejuízo do exercício	(25.075)	(323.373)	(25.075)	(323.373)

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

01. Contexto operacional

Paranapanema S.A. (“Paranapanema”, “Controladora” ou “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital aberto com sede social em Dias d’Ávila, no Estado da Bahia, na Via do Cobre, nº 3.700, área industrial Oeste, Complexo Petroquímico de Camaçari – COPEC.

As ações da Paranapanema são listadas e negociadas no mais alto nível de governança corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão desde 1971, e dentro do segmento “Novo Mercado” desde 2012, sob o código PMAM3.

A Companhia e suas Controladas desenvolvem atividades industriais nas áreas de transformação e beneficiamento de minérios, subprodutos e derivados deles resultantes, e na área da metalurgia, abrangendo produtos ferrosos e não ferrosos consistentes em laminados, extrudados, fundidos, manufaturados e semimanufaturados, peças e componentes industriais destinados ao mercado interno e à exportação.

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram preparadas mantendo-se o pressuposto de continuidade operacional baseado em um plano de negócios que contempla o fluxo de caixa projetado. Foram consideradas para as referidas projeções diversas premissas financeiras e de negócios, incluindo o reperfilamento da dívida financeira da Companhia, bem como otimização da capacidade instalada diluindo os custos fixos e otimizando a geração de caixa, intensificação das ações para a monetização de ativos não operacionais, redução do ciclo de conversão de caixa visando a controlar a necessidade de capital de giro e a redução de custos e despesas para alcançar a rentabilidade esperada no exercício de 2020.

A Administração acredita que o plano de negócios apresentado seja adequado, dentro de premissas razoáveis para a sua concretização.

O modelo de negócios da Paranapanema depende substancialmente de investimentos e financiamentos, obtidos por meio de captações de linhas de créditos bancários, antecipação de recebíveis, prazo de pagamento junto a seus fornecedores de matéria prima e financiamentos em geral. Após o processo de reestruturação concluído em 2017 e apesar de não ter tomado nenhuma linha de crédito adicional relevante, a Companhia vem demonstrando que gera caixa ano após ano, ainda que em níveis menores que seus compromissos financeiros exigem.

Adicionalmente, a Companhia vem cumprindo os covenants financeiros e não financeiros estabelecidos no Acordo Global, que contempla as dívidas financeiras da Companhia, conforme descrito na Nota 16.

Neste contexto, a Companhia está trabalhando para equalizar o perfil de sua dívida financeira. No primeiro trimestre de 2020, a Companhia vem tratando com seus principais credores financeiros (essencialmente os mesmos que participaram do processo de renegociação em 2017) para alinhar o perfil da dívida da Companhia com a sua futura geração de caixa e necessidade de investimento. Encontra-se em negociação um acordo de suspensão temporária de pagamentos das dívidas que vencem em 2020 com referidos credores.

Conforme fato relevante de 29 de março de 2019, a Companhia, em suas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas na mesma data, aprovou a proposta de grupamento da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia, sem modificação do valor do capital social, nos termos do art. 12 da Lei nº 6.404/76. O grupamento da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia, na proporção 17 (dezessete) ações ordinárias para 1 (uma) ação da mesma espécie, passaram a ser negociadas agrupadas a partir de 02 de maio de 2019.

Entidades do grupo – “Controladas”

A Companhia detém as seguintes participações societárias em suas Controladas diretas:

Controladas	2019	2018
CDPC-Centro de Distrib. de Produtos de Cobre Ltda Empresa com sede na cidade de Santo André, SP, Brasil, tendo como principal objeto social a comercialização e distribuição de cobre, suas sobras e outros minérios, de suas ligas e dos produtos e subprodutos deles resultantes.	99,99%	99,99%
Caraíba Incorporated Ltd. (*) Empresa com sede nas Ilhas Caimã, constituída em 08 de julho de 2005.	100,00%	100,00%
Paraibuna Agropecuária Ltda. (*) Empresa com sede na cidade de Santo André, SP, Brasil, tendo como objeto social a exploração de atividades agropecuárias, pastoris, reflorestamentos e afins.	99,98%	99,98%
Paranapanema Netherlands B.V. Empresa com sede na cidade de Amsterdam, Holanda, constituída em 09 de abril de 2014	100,00%	100,00%
Rio Negro Mineração e Com Ltda (*) Empresa encerrada em 02 de setembro de 2019	-	99,99%

02. Base de preparação

A) Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, (BR GAAP), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA Individual e Consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das Demonstrações Financeiras.

A emissão das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 16 de março de 2020.

B) Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros não derivativos designados e mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Estoques de metais objeto de *hedge* e mensurados pelo valor justo em reais por meio do resultado;
- Terrenos, edificações e máquinas foram ajustados ao custo atribuído (*deemed cost*) na data de transição para IFRS/CPC.

C) Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

D) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, de acordo com as normas do IFRS e as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

E) Incertezas sobre premissas e estimativas contábeis críticas

As informações sobre incertezas relacionadas às premissas e estimativas contábeis críticas, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 08 – Impostos a recuperar: ações tomadas pela Companhia para realização dos créditos de ICMS;
- Nota 12 - Imobilizado: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis e análise substantiva da vida útil;
- Nota 19 - Provisão para demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota 26 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota 28 - Instrumentos Financeiros Derivativos: valor justo dos derivativos.

03. Mensuração do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros, como para os não financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo.

Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

Os ativos e passivos financeiros registrados ao valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis de hierarquia ao valor justo (nota 28.4).

A) Contratos de câmbio a termo e swaps de taxas de juros

Os valores justos de contratos de câmbio a termo e de contratos de *swaps* de taxas de juros são baseados nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade por meio do desconto de fluxos de caixa futuros estimados, baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento similar apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da Paranapanema, suas controladas e contraparte, quando apropriado.

B) Estoques de metal

Os valores justos dos metais contidos dentro do estoque são marcados a mercado pelos preços em dólares dos respectivos metais na curva futura da *London Metal Exchange* ("LME") e *London Bullion Market Association* ("LBMA"). As variações dos preços futuros são refletidas no estoque em cada fase de produção considerando o prazo estimado que esse estoque será vendido.

C) Outros passivos financeiros não derivativos

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, a cada data de relatório anual. O valor justo é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

04. Principais políticas contábeis

A Companhia tem aplicado as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, exceto referente as seguintes normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019:

- ❖ IFRS 16 (CPC 06R2) Operações de arrendamento mercantil - A IFRS 16 estabelece que em todos os arrendamentos, com limitadas exceções, o arrendatário deve reconhecer um passivo de arrendamento no balanço patrimonial no valor presente dos pagamentos, mais custos diretamente alocáveis e ao mesmo tempo que reconhece um direito de uso correspondente ao ativo subjacente. Durante o prazo do arrendamento mercantil, o passivo de arrendamento é ajustado para refletir os custos financeiros e pagamentos feitos e o direito de uso é amortizado, semelhante às regras de arrendamento financeiro segundo a IAS 17.

A Companhia adotou a norma, a partir de 01 de janeiro de 2019, na transição simplificada e não reapresentou os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo objeto seja de até USD 5.000,00, mensurando o direito de uso do ativo de igual valor ao passivo de arrendamento ajustado ao valor presente, utilizando a taxa de custo médio ponderado de capital nacional, divulgado separadamente no Balanço Patrimonial. Na demonstração do fluxo de caixa os arrendamentos, antes classificados como atividades operacionais, passarão a ser considerados como atividades de financiamentos. A movimentação do exercício está demonstrada na Nota 15. Com base nas revisões dos contratos, demonstra no quadro abaixo os valores envolvidos na adoção inicial.

Saldos dos contratos em 01 de janeiro de 2019	Direito de Uso do Ativo	Passivo de Arrendamento	Ajuste a Valor Presente do Passivo	Vigência até
Locação Aindame + Montagem e Desmontagem	1.763	1.887	124	fev20
Locação Caminhão Munck	502	535	33	jan-20
Locação Sala Comercial	1.177	1.480	303	mar-23
Locação de Empilhadeiras-BA	2.965	3.421	456	jul-21
Locação de Empilhadeiras-ES	118	151	33	ago-23
Locação de Empilhadeiras-RJ	435	502	67	jul-21
Locação de Empilhadeiras-SP	131	146	16	dez-20
Locação de Empilhadeiras-SP	4.211	5.384	1.172	jul-23
Locação de Guindastes-BA	910	978	68	mar-20
Locação de rádios de comunicação-BA	251	262	10	ago-23
Locação de veículos da Diretoria	585	680	96	set-21
Locação Plataformas Elevatórias-BA	715	772	57	abr-20
Locação de Equipos p/ movimentação Interna	20.947	24.591	3.644	nov-21
	34.710	40.789	6.079	

- ❖ IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro: Esclarece a contabilização de posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades fiscais. Tanto o IAS - 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro quanto a nova interpretação IFRIC 23 se

aplicam somente ao Imposto de Renda e Contribuição Social. A IFRIC 23 não introduz novas divulgações, mas reforça a necessidade de cumprir os requisitos de divulgação existentes sobre (i) julgamentos realizados; (ii) premissas ou outras estimativas utilizadas; e (iii) o impacto potencial de incertezas que não estejam refletidas nas demonstrações financeiras.

A administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pela Companhia nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras.

- ❖ As normas a seguir também foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2019, mas não tiveram impactos materiais:

- IAS 12/CPC 32 - "Tributos sobre o Lucro" - esclarece que os efeitos tributários (impostos sobre a renda) sobre distribuições de dividendos relacionados a instrumentos financeiros classificados no patrimônio líquido, devem seguir a classificação das transações ou eventos passados que geraram os lucros distribuíveis. Este requerimento é aplicável para todos os efeitos de imposto de renda relacionadas a dividendos, incluindo distribuições cujos tratamentos contábeis sejam similares a dividendos, como exemplo: juros sobre capital próprio.

- IAS 23/CPC 20 - "Custos de Empréstimos": a alteração esclarece que, se um empréstimo específico permanecer em aberto após o correspondente ativo qualificável estar pronto para o uso ou venda (conforme o caso), ele se tornará parte dos empréstimos gerais para fins de determinação dos custos de empréstimos elegíveis para capitalização em outros ativos qualificáveis, para os quais não existam empréstimos específicos.

A) Base de consolidação

i. Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

ii. Investimentos em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

iii. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Somente a empresa controlada CDPC-Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda. está em operação. A empresa Paranapanema Netherland B.V. teve operações de revenda no período de abril a outubro de 2019 e as demais empresas controladas estão inativas e os saldos são irrelevantes nas demonstrações financeiras.

B) Moeda estrangeira

i. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para Real, moeda funcional da Companhia, pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio na data da transação.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão dos itens listados abaixo são reconhecidas em outros resultados abrangentes:

- Passivo financeiro designado como proteção (*hedge*) do investimento líquido em uma operação no exterior, na extensão em que a proteção (*hedge*) seja efetiva, os quais são reconhecidos em outros resultados abrangentes; ou
- Uma proteção (*hedge*) de fluxos de caixa que se qualifica, os quais são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

ii. Operações no Exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real (moeda funcional) às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido.

C) Instrumentos financeiros

C.1) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os ativos financeiros ao custo amortizado inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os ativos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha

a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) ao valor justo por meio do resultado.

I. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:

São ativos financeiros mantidos pela Companhia com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. ativos.

Compreende o saldo das rubricas caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros ativos.

II. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente:

São ativos financeiros mantidos pela Companhia tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

III. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Compreende o saldo das rubricas de instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos.

C.1.2) Aplicações Financeiras e recebíveis

As aplicações financeiras e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros recebíveis.

i. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros que possuem liquidez imediata ou em data inferior a 90 dias e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros, e são utilizados pela Companhia e suas Controladas na gestão das obrigações de curto prazo.

ii. Aplicações Financeiras

Aplicações financeiras e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não sejam cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, aplicações financeiras são mensuradas pelo custo amortizado.

iii. Contas a receber, ajuste a valor presente e perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

O contas a receber de clientes do mercado interno e externo estão ajustados a valor presente pela CDI e pela Libor, respectivamente. O saldo de clientes do mercado externo está convertido para reais com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. A política de vendas da Companhia e suas controladas se subordinam às normas de crédito fixadas pela Administração, que procuram minimizar os eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Adicionalmente, especialistas das áreas financeira e comercial avaliam e acompanham o risco dos clientes, de acordo com sua capacidade de pagamento, índice de endividamento e balanço patrimonial. A Companhia conta ainda com perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, demonstrado na Nota 6 de acordo com a norma IFRS 9 (CPC 48), mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais.

C.2) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem inicialmente os títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, que é a data na qual a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas deixam de reconhecer um passivo financeiro quando têm suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

A Companhia e suas controladas classificam os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Outros passivos financeiros não derivativos compreendem empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto, fornecedores e outras contas a pagar.

Saldos bancários a descoberto que tenham que ser pagos quando exigidos e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia e suas controladas são incluídos como um componente do caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa.

C.3) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de *hedge*

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira, preço das *commodities* (metal), e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente se:

- as características econômicas e riscos do contrato principal e o derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados;
- o instrumento separado com os mesmos termos do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo, e o instrumento combinado não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

No momento da designação inicial do derivativo como um instrumento de *hedge*, a Companhia documenta formalmente o relacionamento, a estratégia e os riscos entre os instrumentos e objetos de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do *hedge*. A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, quanto em uma base contínua, se existe a expectativa que os instrumentos de *hedge* sejam “altamente eficazes” na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa durante o exercício para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa

de 80% - 125%.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos continuam sendo mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas conforme descrito abaixo.

C.3.1) Hedges de fluxos de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando o item objeto de *hedge* é um ativo não financeiro, o valor acumulado mantido em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado no mesmo exercício ou exercícios durante os quais o ativo não financeiro afeta o resultado. Caso o instrumento de *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, expire, ou seja, vendido, encerrado ou exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado.

C.3.2) Derivativos embutidos separáveis

Variações no valor justo de derivativos embutidos separáveis são reconhecidas imediatamente no resultado.

C.3.3) Hedges de Valor Justo

Quando o derivativo é designado como um instrumento de *hedge* para proteção do valor justo de um ativo ou passivo, a porção efetiva das variações do valor justo do derivativo é reconhecida no resultado e pode ser alocada para ajustar o valor do ativo ou passivo objeto de *hedge* dependendo de sua natureza operacional ou financeira.

A porção inefetiva da variação do valor justo do derivativo é reconhecida no resultado financeiro.

Os efeitos da marcação a mercado dos instrumentos derivativos negociadas em bolsas ativas (de mercadorias e futuros) são objeto de teste de efetividade retrospectivo e prospectivo respeitando os limites de 80% - 125% de efetividade para manter a relação de *hedge*. A marcação a mercado de derivativos usando preços futuros trazem a volatilidade de mercado futuro para o resultado da Companhia e os efeitos não devem ser considerados para medição de sua performance a menos que a política de gestão de risco permita especular com tais instrumentos derivativos, o que não é o caso da Companhia.

C.3.4) Outros derivativos não mantidos para negociação

Quando um instrumento financeiro derivativo não é designado em um relacionamento de *hedge* que se qualifique para a contabilização de *hedge*, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

C.4) Capital social

C.4.1) Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo e juntamente com os juros sobre capital próprio somente estarão livres para desembolso quando a Companhia não tiver prejuízos acumulados.

C.4.2) Debêntures conversíveis em ações

São Debêntures que, conforme estabelecido na escritura de emissão, são mandatoriamente conversíveis em ações da Companhia, representados de parcela de empréstimo contraído pela emitente com o investidor garantidos pelo ativo da Companhia visando investimento ou o financiamento de capital de giro. A emissão tem que ser autorizada pelo Conselho de Administração e deliberada em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”).

D) Ativos Mantidos para Venda

Os ativos não correntes, ou grupos mantidos para venda, são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente através de venda ao invés do uso contínuo.

Os ativos, ou o grupo de ativos, mantidos para venda, são mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. As perdas por redução ao valor recuperável apurados na classificação inicial como mantidas para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas subsequentes sobre remensuração, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados.

E) Benefícios a empregados

i. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

ii. Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

iii. Outros benefícios de longo prazo a empregados

A obrigação líquida do Grupo em relação a outros benefícios de longo prazo a empregados é

o valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Remensurações são reconhecidas no resultado do período.

iv. Benefícios de término de vínculo empregatício

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando o Grupo não pode mais retirar a oferta desses benefícios e quando o Grupo reconhece os custos de uma reestruturação. Caso pagamentos sejam liquidados depois de 12 meses da data do balanço, então eles são descontados aos seus valores presentes.

F) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Companhia;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados;
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes referentes a ganhos ou perdas decorrentes de *hedge* de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo imobilizado em moeda estrangeira. O *software* adquirido que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

G) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

H) Depreciação e amortização

Itens do ativo imobilizado e intangíveis são depreciados e amortizados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação ou amortização é calculada para amortizar o custo dos itens do ativo imobilizado e intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação ou amortização é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Terrenos

não são depreciados.

As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado e intangível para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

• Edificações	25 a 50 anos
• Máquinas e equipamentos	3-30 anos
• Veículos	5 anos
• Móveis e utensílios	5-10 anos
• Software	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado. (veja Nota 12.2).

I) Ativos intangíveis

i. Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

ii. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

iii. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iv. Amortização

Os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados, caso seja apropriado.

J) Estoques

Os estoques são mensurados inicialmente pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é avaliado ao custo médio líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação, e outros custos incorridos para trazê-los à sua localização e

condições atuais. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. Ao final de cada mês, a porção do custo referente ao preço do metal é ajustada pelo ganho ou perda nos *hedges* de valor justo, aproximando o custo do metal no estoque ao valor da LME média do mês de apuração. Pela política de riscos da Companhia, o estoque está próximo do valor de mercado e por isso não existem indícios de necessidade de sua redução ao valor recuperável (*impairment*).

i. Ociosidade

O custo referente à capacidade instalada é transferido às unidades produzidas, integralmente, sempre que as instalações produtivas estiverem sendo utilizadas em condições normais. A partir do ponto em que a ociosidade deixar de estar dentro dos limites da normalidade, o custo referente a essa ociosidade em excesso é levado diretamente nos resultados do período da ociosidade, a título de item extraordinário, não se admitindo a sua transferência para estoques, evitando-se, desta maneira, o risco de uma superavaliação destes e da não possibilidade de sua recuperação.

K) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

K.1) Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um investimento em instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução do valor recuperável.

K.2) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida e registrada através do resultado.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Gestão sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

K.3) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, exceto os estoques, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Uma evidência por perda no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o seu valor justo menos despesas de venda. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita uma avaliação de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

L) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos da reversão do reconhecimento do desconto pela passagem do tempo são contabilizados no resultado como despesa financeira.

M) Receita operacional

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições Individuais do contrato de venda.

N) Subvenção e assistência governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita pelo valor justo quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção, e são reconhecidas no resultado como “receitas líquidas de vendas” em uma base sistemática no período de vida útil do ativo.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como “receitas líquidas de vendas” em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas são registradas.

A unidade industrial sede social localizada em Dias d’Ávila, no estado da Bahia, goza de incentivo fiscal de ICMS, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia – Desenvolve. Instituído pela Lei nº 7.980, de 12 de dezembro

de 2001 regulamentado pelo Decreto nº 8.205/2002, o incentivo tem por objetivo de longo prazo complementar e diversificar a matriz industrial e agroindustrial do Estado. Este benefício se aplica apenas para as vendas no mercado interno.

O) Receitas (despesas) financeiras

Receitas (despesas) financeiras: Compreendem os valores de juros sobre empréstimos e sobre aplicações financeiras, variação monetária e cambial ativa e passiva, vinculada aos empréstimos com instrumento de "swap", resultado de variação cambial líquido dos ganhos e das perdas com instrumentos financeiros derivativos ("swap" contratado) e descontos diversos que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

Variação Cambial: Uma transação em moeda estrangeira deve ser reconhecida contabilmente, no momento inicial, pela moeda funcional, mediante a aplicação da taxa de câmbio a vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira, na data da transação, sobre o montante em moeda estrangeira. Ao término de cada período de reporte os itens monetários em moeda estrangeira devem ser convertidos, usando-se a taxa de câmbio de fechamento. As variações cambiais advindas da liquidação de itens monetários ou da conversão de itens monetários por taxas diferentes daquelas pelas quais foram convertidos quando da mensuração inicial, durante o período ou em demonstrações financeiras anteriores, devem ser reconhecidas na demonstração do resultado no período em que surgirem.

P) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240, e consideram a compensação de prejuízos fiscais, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A Companhia possui decisão judicial transitada em julgado que reconheceu o direito ao não recolhimento da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), não tendo sido objeto de Ação Rescisória pela Fazenda Nacional, portanto, válida até os dias atuais.

A despesa e/ou crédito com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i. Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

ii. Imposto diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. A alíquota de impostos definidas atualmente para se determinar os créditos tributários diferidos é de 25%

para imposto de renda na controladora e 34% (25% para imposto de renda e 9% para contribuição social) nas controladas.

O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias:

- O reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável;
- Diferenças relacionadas a investimentos em controladas, filiais e coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto (joint venture) quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas são revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Q) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) Individuais e Consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira suplementar.

R) Lucro ou prejuízo por ação

A Companhia apura o saldo de lucro ou prejuízo por ação com base na atribuição do resultado do exercício das ações emitidas pela Companhia, ponderado as quantidades em circulação durante o exercício.

S) Determinação do ajuste a valor presente

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são:

- Contas a receber de clientes compostas pela venda a prazo para clientes da Companhia com baixo risco de crédito. A taxa de desconto utilizada pela Companhia para o desconto a valor presente para esses itens é de 100% do CDI para mercado interno e Libor para mercado externo. A taxa de juros imputada em uma transação de venda é determinada no momento do registro inicial da transação e não é ajustada posteriormente.
- Contas a pagar a fornecedores compostos pelas compras a prazo. A taxa de desconto é calculada pela média mensal do DI.

T) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2019. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- a) Estrutura Conceitual: O IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiros. As principais mudanças foram:
- aumento da proeminência da gestão no objetivo da preparação de relatórios financeiros;
 - restabelecimento da prudência como um componente de neutralidade;
 - definição de entidade;
 - revisão das definições de ativo e passivo;
 - remoção do parâmetro de probabilidade para reconhecimento e inclusão de orientações sobre desreconhecimento;
 - inclusão de orientações sobre bases diferentes de mensuração; e
 - afirmação de que o resultado é o principal indicador de desempenho e que, em princípio, as receitas e despesas em outros resultados abrangentes deveriam ser reciclados quando isso aprimorar a relevância ou a apresentação fiel das demonstrações financeiras.

Não há outras IFRS ou interpretações IFRIC que impactem as Demonstrações Financeiras da Companhia de forma relevante em 2020.

A Administração adota a política contábil de apresentar os juros pagos como atividades de financiamento nas Demonstrações dos fluxos de caixa.

U) Mudanças em estimativas contábeis

a) Variação monetária Demandas Judiciais

A Administração decidiu em consonância com o CPC 23 (IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças em Estimativas Contábeis e Erros), alterar sua prática contábil de classificação da atualização monetária de demandas judiciais. A Companhia constitui provisões no passivo, para riscos com perdas consideradas prováveis com base na análise individual dos processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas e cíveis na avaliação de nossos assessores jurídicos, em valor julgado suficiente.

A Companhia entende que a segregação do valor provisionado, entre valor principal e atualização monetária, se faz necessária para refletir a essência da transação.

O efeito da reclassificação da variação monetária de provisão para demandas judiciais de outras despesas operacionais para o resultado financeiro no exercício de 2018 foi de R\$15.913 e 2019 foi de R\$14.597, para fins comparativos.

Demonstramos abaixo os efeitos da mudança de prática contábil no período de 2018:

	2018	Consolidado	
		2018	2018
		Reclassificação	Reclassificado
Receita líquida de vendas	4.765.777	-	4.765.777
Custo dos produtos vendidos	(4.495.172)	-	(4.495.172)
Lucro bruto	270.605	-	270.605
Comerciais	(30.011)	-	(30.011)
Gerais e administrativas	(78.573)	-	(78.573)
Honorários da administração	(7.601)	-	(7.601)
Participação dos empregados e administradores	(29.467)	-	(29.467)
Outras despesas	(247.728)	15.913	(231.815)
Outras receitas	57.286	-	57.286
Despesas operacionais	(336.094)	15.913	(320.181)
	(65.489)	15.913	(49.576)
Despesas financeiras	(1.201.125)	(15.913)	(1.217.038)
Receitas financeiras	822.650	-	822.650
	(443.964)	-	(443.964)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(1.424)	-	(1.424)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	122.015	-	122.015
Imposto de renda e contribuição social	120.591	-	120.591
Prejuízo do período	(323.373)	-	(323.373)
	-	-	-
Prejuízo básico por ação ordinária em reais	(0,469)	(7,508)	(7,977)
Prejuízo diluído por ação ordinária em reais	(0,431)	(6,903)	(7,335)

- b) As despesas e receitas com o Hedge de valor justo nos estoques, que tem como objetivo proteger o valor do metal nos estoques e consequentemente permitindo que o custo do metal nas vendas seja similar ao preço do metal da receita, que antes eram classificadas como receita/despesa financeira, passaram a ser classificados no custo dos produtos vendidos.

05. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

		Controladora		Consolidado	
	Notas	2019	2018	2019	2018
Caixa e bancos		91.956	136.663	105.620	151.760
Cambiais recebidas		-	2.812	-	2.812
Aplicações financeiras	(a)	10.310	62.096	12.416	62.096
Caixa e equivalentes de caixa		102.266	201.571	118.036	216.668
Aplicações financeiras	(b)	19.943	44.788	25.029	45.556
Aplicações financeiras		19.943	44.788	25.029	45.556
Ativo circulante		6.631	28.023	11.717	28.791
Ativo não-circulante		13.312	16.765	13.312	16.765

A Companhia, seguindo suas políticas de aplicações de recursos, tem mantido suas aplicações financeiras em títulos públicos federais e investimentos de baixo risco, em instituições financeiras avaliadas como de primeira linha, de acordo com rating divulgado pelas principais agências de risco.

a) Aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a certificados de depósitos bancários e refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços, possuem liquidez imediata e sem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros.

b) Aplicações Financeiras

Referem-se a certificados de depósitos bancários e debêntures compromissadas e refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços. O saldo, no consolidado, em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$25.029 (R\$45.556 em 31 de dezembro de 2018), estava em garantia para operação de compra de energia no mercado livre, compra de dólar futuro e fiança bancária.

Em 31 de dezembro de 2019, a remuneração média das aplicações era de 76,7% do CDI (83,7% em 31 de dezembro de 2018), mensuradas ao valor justo em contrapartida do resultado.

06. Contas a receber de clientes

		Controladora		Consolidado	
	Notas	2019	2018	2019	2018
Cientes no país:					
Terceiros		148.011	143.898	172.707	204.060
Ajuste a valor presente Terceiros		(283)	(301)	(380)	(4.231)
Partes Relacionadas	11.2	35.974	160.918	-	-
Ajuste a valor presente Partes Relacionadas	11.2	(396)	(1.063)	-	-
Perda estimada do valor recuperável		(51.816)	(55.327)	(52.979)	(56.729)
		131.490	248.125	119.348	143.100
Cientes no exterior:					
Terceiros		65.831	513.112	65.831	513.112
Ajuste de preço		21.332	14.390	21.332	14.390
Ajuste a valor presente		(763)	(720)	(763)	(720)
Perda estimada do valor recuperável		(2.132)	(3.197)	(2.132)	(3.197)
		84.268	523.585	84.268	523.585
		215.758	771.710	203.616	666.685
Ativo circulante		215.758	771.700	203.616	665.589
Ativo não-circulante		-	10	-	1.096

O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

A composição do contas a receber por idade de vencimento, líquida de perda estimada do valor recuperável, é descrita como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
A vencer há mais de 120 dias	1.303	1.195	1.303	17.278
A vencer de 91 a 120 dias	7.112	2.267	7.112	3.758
A vencer de 61 a 90 dias	9.975	6.680	9.976	6.680
A vencer de 31 a 60 dias	65.438	193.266	35.186	69.280
A vencer até 30 dias	100.202	340.993	117.574	337.539
Total a vencer	184.030	544.401	171.151	434.535
Vencidas até 30 dias	9.328	103.728	9.764	111.165
Vencidas de 31 a 60 dias	1.663	52.328	1.663	52.328
Vencidas de 61 a 90 dias	625	50.217	626	50.217
Vencidas há mais de 90 dias	223	8.730	224	9.001
Total vencidas	11.839	215.003	12.277	222.711
	195.869	759.404	183.428	657.246
Ajuste a valor presente	(1.442)	(2.084)	(1.143)	(4.951)
Ajuste de preço	21.331	14.390	21.331	14.390
	215.758	771.710	203.616	666.685

A Companhia está exposta ao risco de crédito em virtude do não recebimento da venda performada de produtos (contas a receber). Para mitigar esse risco, possui políticas e normas para análise e monitoramento de créditos e cobrança de duplicatas.

Em conformidade com o IFRS 9, as perdas esperadas em ativos financeiros formam a base para a determinação das perdas a serem reconhecidas no resultado em decorrência da perda do valor recuperável (*impairment*) dos ativos financeiros.

A constituição do saldo de perdas de créditos esperadas, em 31 de dezembro de 2019, considera a somatória da perda esperada, onde é aplicado um percentual de perda de acordo com score do cliente (pontualidade x restrições), mais a totalidade dos títulos com atraso superior a 90 (noventa) dias.

O montante de R\$224, no consolidado, em 31 de dezembro de 2019 (R\$9.001 em 31 de dezembro de 2018), referente a títulos vencidos há mais de 90 dias, não foram provisionados em decorrência de haver créditos a favor do devedor. A constituição ou reversão da perda estimada do valor recuperável é registrada na demonstração do resultado na linha de deduções de vendas.

A movimentação da perda estimada do valor recuperável está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(77.333)	(82.803)
Reversões de perdas estimadas no período	(2.767)	(2.208)
Baixa definitiva	21.576	25.085
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(58.524)	(59.926)
Reversões de perdas estimadas no período	5.322	5.346
Provisões de perdas estimadas no período	(746)	(531)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(53.948)	(55.111)

Contas a Receber Oferecidos em Garantia

A Companhia celebrou com o Banco do Brasil um instrumento particular de cessão de direitos creditórios, do contas a receber, que visa garantir o pagamento de todas as obrigações contraídas e as que venham a ser contraídas junto ao banco. O valor do limite global do instrumento é de US\$16.150.000 (dezesesseis milhões e cento e cinquenta mil dólares americanos), convertidos a taxa de câmbio de venda de R\$4,0307 em 31 de dezembro de 2019 equivalente a R\$65.096.

A Companhia celebrou instrumentos particulares de cessão de direitos creditórios, de contas a receber com o Banco Safra, para garantir o pagamento de empréstimos e financiamentos. Para as operações de BNDES Automático, foi oferecido em garantia, em 31 de dezembro de 2019, o valor de R\$239 (R\$1.570 em 31 de dezembro de 2018), que representa 70% do saldo devedor atualizado, e para a operação de NCE (Nota de Crédito de Exportação), a Companhia ofereceu R\$30.335.

07. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Matérias-primas	302.094	533.423	302.094	533.423
Produtos em processo	190.229	368.869	190.229	368.869
Produtos acabados	165.701	283.611	165.701	283.611
Importações em andamento	269.992	277.510	269.992	277.510
Adiantamentos a fornecedores p/compra MP	1.772	50.413	1.772	50.413
Materiais de manutenção e outros	73.665	76.325	73.665	76.325
Materiais para revenda	13.358	1.345	15.926	39.622
Matéria prima em trânsito	777	441	757	441
Perda estimada do valor recuperável	(5.154)	(3.639)	(5.154)	(3.639)
Ativo circulante	1.012.434	1.588.298	1.014.982	1.626.575

O estoque é mensurado inicialmente pelo seu valor histórico e, posteriormente, devido ao programa de contabilidade de *hedge* de estoques (vide Nota 28.6.3), as porções relativas ao custo do metal (Cobre, Ouro, Prata, Chumbo, Zinco e Estanho) são ajustadas ao preço médio em dólares da curva de mercado futuro desses respectivos metais. A conversão dos preços dos metais em dólares para reais é feita pela disponibilidade de instrumentos de *hedge* cambial marcados a mercado pela taxa de câmbio do fechamento do mês, dentro do programa de contabilidade de *hedge* de valor justo do estoque.

O saldo da perda estimada no montante de R\$5.154 em 31 de dezembro de 2019 (R\$3.639 em 31 de dezembro de 2018), foi constituída com análise dos materiais e produtos sem movimentação há mais de 2 anos em 31 de dezembro de 2019.

A Companhia ofereceu 255 toneladas de vergalhão de cobre eletrolítico em garantia de processo fiscal que, em 31 de dezembro de 2019 totalizava R\$6.536 (R\$5.670 em 31 de dezembro de 2018). Caso ocorra decisão desfavorável, os valores serão pagos em moeda corrente.

08. Impostos e contribuições a recuperar

		2019		2018	
	Notas	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Exclusão ICMS base calculo COFINS	(f)	98.400	496.316	-	-
Exclusão ICMS base calculo PIS	(f)	21.600	108.177	-	-
Imposto s/circulação de mercad. e serv.-ICMS	(a)	20.268	83.800	30.884	104.800
Impostos sobre ativo imobilizado a creditar		12.174	13.366	14.597	17.600
Imposto de renda e contrib. social a restituir	(b)	59	10.277	690	12.363
Reintegra	(c)	777	-	13.376	-
Contr. p/financ. seguridade social-COFINS	(d)	213	-	21.278	-
Programa de integração social-PIS	(d)	46	-	5.338	-
Imposto de renda retido na fonte-IRRF		1.147	-	2.071	-
Impostos sobre produtos industrializados-IPI		493	-	1.994	-
Perda estimada do valor recuperável	(e)	-	(10.277)	-	(12.363)
Outros		65	-	-	-
		155.242	701.659	90.228	122.400

		2019		2018	
	Notas	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Exclusão ICMS base calculo COFINS	(f)	98.400	496.316	-	-
Exclusão ICMS base calculo PIS	(f)	21.600	108.177	-	-
Imposto s/circulação de mercad. e serv.-ICMS	(a)	20.566	83.800	36.371	104.800
Impostos sobre ativo imobilizado a creditar		12.174	13.366	14.597	17.600
Imposto de renda e contrib. social a restituir	(b)	1.033	10.277	750	12.363
Reintegra	(c)	777	-	13.376	-
Contr. p/financ. seguridade social-COFINS	(d)	213	-	24.063	-
Programa de integração social-PIS	(d)	46	-	5.938	-
Imposto de renda retido na fonte-IRRF		1.208	-	2.072	-
Impostos sobre produtos industrializados-IPI		493	-	1.994	-
Imposto de renda e contrib. social antecipados		431	-	2.581	-
Perda estimada do valor recuperável	(e)	-	(10.277)	-	(12.363)
Outros		65	-	-	-
		157.006	701.659	101.742	122.400

A Administração estima que a projeção de resultados tributáveis futuros indica que a Companhia e suas controladas apresentam capacidade de realização dos créditos tributários, classificados no ativo não circulante, no prazo de 6 (seis) anos, a partir de 2021.

Essas estimativas são anualmente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação possam ser consideradas nas informações contábeis.

- Refere-se, substancialmente, ao saldo credor de impostos sobre a circulação de mercadorias e serviços (ICMS), gerados em suas operações na unidade de Santo André - SP, demonstrado pelo seu valor líquido de realização.
- Refere-se ao imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) a ser recuperado pela Companhia referente a exercícios anteriores. Para os valores classificados no ativo não circulante a Companhia já efetuou o pedido de restituição através de processo judicial e aguarda decisão para compensar ou restituir o valor. O total de R\$10.277, classificado no ativo não circulante, está provisionado como perda em decorrência da realização não ser praticamente certa, conforme item (e).

- c) Refere-se a Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra). Os valores foram apurados de acordo com os parâmetros definidos na Lei nº 12.546/2011 com alterações da lei 13.043/2014 com efeito do Decreto nº9.148/2017.
- d) Refere-se, substancialmente, ao crédito tomado de acordo com as Leis nº10.637/02 (PIS) e nº10.866/03 (COFINS), que se referem ao regime de apuração para a não-cumulatividade.
- e) Constituição de provisão para perda de impostos de renda a restituir referente a diversos processos no montante de R\$10.277 (item “b”). Os assessores jurídicos da Companhia classificaram como remoto para fins de obtenção de êxito nos pleitos.
- f) Decorre de valores objeto de decisões favoráveis obtidas em favor de sociedade incorporada e da Companhia em ações judiciais que questionavam a inclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, tendo o trânsito em julgado de tais ações judiciais ocorrido em 28 de fevereiro de 2019, 25 de abril de 2019 e 17 de dezembro de 2019.

De acordo com o CPC 00 (R1), que trata da “Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro” (Reconhecimento dos elementos das demonstrações contábeis), um item deve ser reconhecido se for provável que algum benefício econômico futuro ocorra, o qual deve ter valor que possa ser mensurado com confiabilidade, ou seja, de forma completa, neutra e livre de erro.

A Companhia contratou uma consultoria especializada com a finalidade de apoiar na análise e quantificação dos valores envolvidos. Esta análise levou a Companhia a apurar um valor total de R\$724.493, sendo R\$413.874 de principal, classificado como outras receitas operacionais (R\$396.292 em 2019 e R\$17.582 em 2018), e R\$310.619 de atualização monetária classificado como receita financeira em 2019.

09. Outros ativos circulantes e não circulantes

09.1 – Outros ativos circulantes e não circulantes

		Controladora			
		2019		2018	
	Nota	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Precatórios municipais	(a)	-	88.477	-	67.730
Prefeitura Manaus	(b)	-	-	-	12.686
Precatórios federais	(c)	-	4.815	-	1.177
Recuperação plano coletivo Brasilprev	(d)	2.369	-	3.255	-
Depósitos chamada de margem	(e)	33.619	-	287	-
Valores a receber de terceiros	(f)	6.628	-	-	-
Contas a receber partes relacionadas		-	-	3.147	-
Adiantamentos a funcionários		2.512	-	2.237	-
Valor a receber alienação Cibrafertil		-	1.001	-	1.001
Adiantamentos a fornecedores		1.728	-	217	-
Contas a receber de seguros		-	-	421	-
Desapropriação		-	931	-	-
Valores a receber venda de energia		841	-	-	-
Outras		2	497	1.694	1.359
Perda estimada do valor recuperável		-	-	(449)	-
		47.699	95.721	10.809	83.953

		Consolidado			
		2019		2018	
	Nota	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Precatórios municipais	(a)	-	88.477	-	67.730
Prefeitura Manaus	(b)	-	-	-	12.686
Precatórios federais	(c)	-	4.815	-	1.177
Recuperação plano coletivo Brasilprev	(d)	2.398	-	3.284	-
Depósitos chamada de margem	(e)	33.619	-	287	-
Valores a receber de terceiros	(f)	6.628	-	-	-
Adiantamentos a funcionários		2.515	-	2.239	-
Valor a receber alienação Cibrafertil		-	1.001	-	1.001
Adiantamentos a fornecedores		1.997	-	217	-
Contas a receber de seguros		-	-	421	-
Desapropriação		-	931	-	-
Valores a receber venda de energia		841	-	-	-
Outras		2	497	1.694	1.359
Perda estimada do valor recuperável		-	-	(449)	-
		48.000	95.721	7.693	83.953

- a) Refere-se a diversos precatórios contra os Municípios de São Paulo, Santo André e Manaus, a serem recebidos a partir de 2020. Em setembro de 2019, a Companhia recebeu precatórios da prefeitura de Manaus conforme item “b” a seguir.

A Companhia ofereceu em garantia de processo fiscal os precatórios municipais, que em 31 de dezembro de 2019 totalizava R\$68.315 (R\$67.730 em 31 de dezembro de 2018). Caso ocorra decisão desfavorável os valores serão pagos em moeda corrente.

- b) Valor referente à Ação Ordinária movida contra o Município de Manaus, visando o recebimento dos valores devidos em virtude da realização das Obras Complementares do Complexo Viário das Flores. A Companhia obteve decisão definitiva quanto ao recebimento dos valores devidos pelo município e foi convertido em precatório em setembro de 2019, reclassificado para a linha de Precatórios municipais item (a).

- c) Valor de precatórios federais a serem recebidos a partir de 2021. referente a ação ordinária de repetição de indébito.
- d) Refere-se à conta coletiva do plano de previdência privada, administrado pela BrasilPrev, cujo montante foi constituído com os valores não liberados pela Companhia, conforme critérios descritos na Nota 31. No contrato está definido que o valor acumulado na reserva coletiva poderá ser utilizado para ajustar ou melhorar os benefícios ou para quitar suas contribuições futuras.
- e) A linha "Depósitos chamada de margem" refere-se a valores que são depositados junto a Brokers de Metal para cobrir a exposição da Companhia assim que os limites estabelecidos são ultrapassados. A Companhia possui limite para operar junto a diversos Brokers e, em decorrência dos volumes contratados e das variações das commodities (cobre/zinco/estanho/chumbo) de acordo com o preço divulgado pela LME (*London Metal Exchange*), este limite pode ser ultrapassado; quando essa situação é verificada, ocorre a chamada de margem.
- f) Em 19 de julho de 2019, a Companhia pactuou a cessão do Precatório nº 20190300015878, da prefeitura de Goiás, conforme contrato de compromisso irrevogável e irretratável de Cessão de Direitos. A Companhia recebeu pela cessão o valor de R\$8.800, pelo valor de face do precatório de R\$ 30.168.

De acordo com cláusula contratual, a Companhia tem direito de receber valor adicional de 30% caso os Cessionários recebam efetivamente o montante até 31 de dezembro de 2024. O valor foi recebido em 09 de janeiro de 2020.

09.2 Depósitos de demandas judiciais

	Controladora/Consolidado	
	2019	2018
Trabalhista	6.845	15.157
Tributário	18.868	11.698
Previdenciário	572	789
Precatórios	-	3.453
Cível	827	827
Outros	386	385
Ativo não circulante	27.498	32.309

Depósitos judiciais efetuados para garantia judicial em processos trabalhistas, tributários, previdenciários e cíveis, os quais permanecerão em conta à disposição do juízo. Caso haja alguma determinação pelo levantamento dos depósitos, como por exemplo, em razão da substituição da garantia, estes valores poderão ser levantados antes do término dos processos. Os depósitos judiciais relacionados aos riscos prováveis são apresentados como redutores das contingências provisionadas conforme Nota 19.1.

10. Ativos mantidos para venda

Representado por imóveis disponíveis para venda no montante de R\$111.987 em 31 de dezembro de 2019 (R\$112.745 em 31 de dezembro de 2018), avaliados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada, os quais são inferiores aos valores esperados de realização que de acordo com laudo de avaliação, com data base de 31 de dezembro de 2018 o valor de liquidação forçada é de R\$343.306.

Este grupo de ativos inclui imóveis que não são mais utilizados nas operações da Companhia e imóveis oriundos de determinação judicial em função de pendências financeiras de seus clientes, e estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais.

A Companhia continua buscando a monetização dos bens com uma equipe interna que estuda as possíveis alternativas, em conjunto com a consultoria contratada em agosto de 2018, para a venda dos ativos, demonstrando que a entidade continua comprometida com o seu plano de venda do ativo indicando que é improvável que possa haver alterações significativas ou abandono do plano. A consultoria vem auxiliando a Companhia na definição do valor de comercialização, e na definição de um plano de marketing a fim de comunicar de maneira eficaz todos os públicos alvo, utilizando material impresso, e-mail, marketing, placas, acompanhamento telefônico e sites.

Em 11 de abril de 2016, a Companhia celebrou com a Plano Madeira Empreendimentos Imobiliários Ltda., subsidiária da Plano & Plano Construções e Empreendimentos Ltda., Compromissos de Venda e Compra com Cláusulas Resolutivas e Outras Avenças, cujos objetos são os terrenos nos quais está instalada a antiga planta de Capuava, desativada em fevereiro de 2015, localizados nos municípios de Santo André e Mauá, com área total de, aproximadamente, 150.000 m².

Garantia:

A Companhia ofereceu imóveis no valor total de R\$78.845, em garantia de processo junto à instituição financeira à título de cessão fiduciária, dois imóveis no valor total de R\$20.216 em garantia ao que trata da cobrança da CSLL e 5 imóveis em garantia de empréstimos no valor de R\$7.560.

Havendo comercialização dos imóveis, a Companhia deverá substituir os bens dados em garantia e caso ocorra decisão desfavorável nas operações, os valores serão pagos em moeda corrente.

11. Investimentos, partes relacionadas e outros

11.1 Informações resumidas e movimentação dos investimentos em 31 de dezembro de 2019

	CDPC - Centro de Distrib.Prods. Cobre Ltda.	Paranapanema Netherland B.V.	CINC - Caraiba International	Paraibuna Agropec. Ltda.	Total
Informações financeiras resumidas					
Ativo circulante	48.728	6	368	-	49.102
Ativo não circulante	11.845	-	-	598	12.443
Total do ativo	60.573	6	368	598	61.545
Passivo circulante	36.812	201	-	-	37.013
Passivo não circulante	104	-	-	-	104
Patrimônio líquido	23.657	(195)	368	598	24.428
Total do passivo e do patrimônio líquido	60.573	6	368	598	61.545
Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.368.433	434.015	(14)	-	1.802.434
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	(1.353.930)	(434.015)	-	-	(1.787.945)
Resultado Bruto	14.503	-	(14)	-	14.489
Despesas/Receitas Operacionais	(3.670)	192	4	-	(3.474)
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	10.833	192	(10)	-	11.015
Resultado Financeiro	(7.075)	(6)	(17)	-	(7.098)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	3.758	186	(27)	-	3.917
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(1.275)	-	-	-	(1.275)
Lucro/Prejuízo do Período	2.483	186	(27)	-	2.642
Saldo em 31 de dezembro de 2018	21.174	-	(2.746)	598	19.026
Provisão PL negativo	-	(186)	-	-	(186)
Constituição / aumento de capital	-	-	2.948	-	2.948
Variação cambial de investimento no exterior	-	(9)	193	-	184
Equivalência patrimonial	2.483	-	(27)	-	2.456
Saldo em 31 de dezembro de 2019	23.657	(195)	368	598	24.428

11.2 Saldos e transações da empresa controladora com controladas e outras partes relacionadas

a) Controladas

	2019		2018
	CDPC - Centro de Distrib.Prods. Cobre Ltda.	Paranapanema Netherland B.V.	CDPC - Centro de Distrib.Prods. Cobre Ltda.
Ativo circulante			
Contas a receber de clientes	35.578	-	159.855
Outros ativos circulantes	-	-	3.147
	35.578	-	163.002
Passivo circulante			
Fornecedores	26	-	52.020
Adiantamentos de clientes	731	-	-
	757	-	-
Resultado			
Vendas de mercadorias e serviços	1.315.132	429.719	1.420.272
Compras de mercadorias e serviços	(369.987)	-	(463.741)
	945.145	429.719	956.531

b) Partes relacionadas e outras

	2019		2018	
	Glencore International Investments Ltd	Caixa Econômica Federal	Glencore International Investments Ltd	Caixa Econômica Federal
Ativo circulante				
Contas a receber de clientes	3.538	-	274.238	-
Instrumentos financeiros derivativos	9.268	-	88.122	-
	12.806	-	362.360	-
Passivo circulante				
Fornecedores	70.905	-	911.443	-
Creditos de clientes	394	-	120.550	-
Empréstimos e Financiamentos	-	49.475	-	2.868
	71.299	49.475	1.031.993	2.868
Passivo não circulante				
Empréstimos e Financiamentos	-	187.960	-	225.863
	-	187.960	-	225.863
Resultado				
Vendas de mercadorias e serviços	1.254.807	-	1.577.517	-
Compras de mercadorias e serviços	(1.766.272)	-	(2.783.433)	-
	(511.465)	-	(1.205.916)	-

11.3 Negócios com controladas, partes relacionadas e outros

A Diretoria Executiva ou o Conselho de Administração, no âmbito de suas respectivas alçadas em conformidade com a Política de Transações entre Partes Relacionadas e Conflito de Interesse da Companhia, autorizaram as operações, que são efetuadas a preços e condições normais de mercado, contendo valores, prazos e taxas usuais, normalmente aplicados em transações com partes não relacionadas.

a) Caixa Econômica Federal

Linhas de crédito, no montante de até R\$370.000, junto à Caixa Econômica Federal ("CEF"), acionista com participação equivalente a 16,18% do total das ações de emissão da Companhia. A contratação é condicionada aos termos e condições ofertados pela CEF, os quais devem ser iguais ou mais competitivos que outras linhas de crédito disponíveis à Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui empréstimos de adiantamentos de contratos de câmbio (ACC), com a Caixa Econômica Federal no montante de R\$237.435 (US\$58.906 mil a taxa de 4,0307), R\$228.731 em 31 de dezembro de 2018 (US\$59.030 mil a taxa de 3,8748).

b) Glencore International AG ("Glencore")

A Companhia cumpriu os acordos com a Glencore, acionista com participação equivalente a 5,73% do total das ações de emissão da Companhia, para comprar 180 mil toneladas de concentrado de cobre durante o ano de 2018, e vender o volume equivalente em cobre refinado com as mesmas datas de liquidação financeira e, vender 100% da lama anódica produzida pela Companhia no ano de 2018.

A Companhia possui acordos de venda de da lama anódica no período de 01 de março de 2019 até 28 de fevereiro de 2021, compra de 240kt de concentrado de cobre e venda de catodo de cobre, até dezembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía R\$71.299 a pagar a Glencore, sendo reconhecidos na linha de fornecedores R\$70.905 e na linha de adiantamentos de clientes R\$394, e um saldo a receber de R\$12.806, sendo reconhecidos na linha de duplicatas a receber R\$3.538 e na linha de instrumentos financeiros R\$9.268.

c) CDPC – Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda.

Em 02 de janeiro de 2015, foi assinado, entre a controladora e a controlada CDPC, o Contrato de Rateio de Custos e Despesas, que prevê a realização de rateio proporcional de todos os custos, gastos, despesas, encargos e tributos, exclusivamente relacionados às áreas corporativas, chamadas de Estrutura Compartilhada. Tendo em vista que o objetivo é tão somente o repasse dos custos comuns em decorrência do uso da Estrutura Compartilhada, não há lucros ou qualquer forma de remuneração entre as partes.

11.4 Honorários da Administração e do Conselho Fiscal

A Companhia considerou como "Pessoal Chave da Administração", conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e IAS 24/CPC 05 (R1), os integrantes da sua Diretoria Estatutária, os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal. A Companhia não possui acionista controlador e não há Acordo de Acionistas.

	Nota	2019			Total
		Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	
Salário ou pró-labore		3.186	1.896	398	5.480
Benefícios		744	-	-	744
Remuneração por participação em Comitês		-	399	-	399
Encargos sociais		671	459	79	1.209
Remuneração fixa		4.601	2.754	477	7.832
Benefício pós emprego		44	-	-	44
Outros		355	-	-	355
Outras Remunerações		399	-	-	399
Honorários da administração		5.000	2.754	477	8.231
Bônus (ICP)	32	1.200	-	-	1.200
Bônus (ILP)	32	5	-	-	5
Encargos sociais		241	-	-	241
Remuneração Variável	32	1.446	-	-	1.446
Valor Total da remuneração		6.446	2.754	477	9.677

	Nota	2018			
		Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Salário ou pró-labore		3.138	1.527	478	5143
Benefícios		672	-	-	672
Remuneração por participação em Comitês		-	632	-	632
Encargos sociais		627	432	95	1.154
Remuneração fixa		4.437	2.591	573	7.601
Honorários da administração		4.437	2.591	573	7.601
Bônus (ICP)	32	6.055	-	-	6.055
Bônus (ILP)	32	6	-	-	6
Encargos sociais		1.212	-	-	1.212
Remuneração Variável	32	7.273	-	-	7.273
Valor Total da remuneração		11.710	2.591	573	14.874

Os membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração não são partes em contratos que prevejam benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo prazo, nem remuneração com base em ações.

12. Imobilizado e intangível

								Controladora
	Taxa média de depreciação	2018	Adições	Baixas	Transferências	Reversão de prov perdas	Depreciação Amortização	2019
IMOBILIZADO								
Terrenos		119.685	-	-	-	-	-	119.685
Aterro Industrial	25%	-	-	-	14.755	-	(1.649)	13.106
Benfeitorias	5%	11.307	-	-	(9.097)	-	(1.045)	1.165
Edificações	3%	197.509	-	124	18.936	-	(10.320)	206.249
Instalações	16%	78.430	-	-	(33.105)	-	(10.460)	34.865
Máquinas e equipamentos	9%	817.557	46	(14)	18.181	-	(123.368)	712.402
Movéis e Utensílios	8%	4.823	-	-	651	-	(1.354)	4.120
Veículos	20%	252	-	-	1	-	(91)	162
Imobilizado em andamento		30.584	168.457	-	(14.137)	-	-	184.904
Impairment / Prov. Perdas		(1.926)	-	-	-	1.926	-	-
Peças Sobressalentes		8.334	577	-	-	73	-	8.984
Total Imobilizado		1.266.555	169.080	110	(3.815)	1.999	(148.287)	1.285.642
INTANGÍVEL								
ERP/Softwares	20%	10.165	-	-	3.815	-	(3.917)	10.063
Total Intangível		10.165	-	-	3.815	-	(3.917)	10.063

								Consolidado
	Taxa média de depreciação	2018	Adições	Baixas	Transferências	Reversão de prov perdas	Depreciação Amortização	2019
IMOBILIZADO								
Terrenos		120.283	-	-	-	-	-	120.283
Aterro Industrial	25%	-	-	-	14.755	-	(1.649)	13.106
Benfeitorias	5%	11.610	-	-	(9.097)	-	(1.144)	1.369
Edificações	3%	197.509	-	124	18.936	-	(10.320)	206.249
Instalações	16%	78.430	-	-	(33.105)	-	(10.460)	34.865
Máquinas e equipamentos	9%	817.586	45	(14)	18.182	-	(123.377)	712.422
Movéis e Utensílios	8%	4.848	-	-	651	-	(1.368)	4.131
Veículos	20%	252	-	-	1	-	(91)	162
Imobilizado em andamento		30.584	168.458	-	(14.138)	-	-	184.904
Impairment / Prov. Perdas		(1.926)	-	-	-	1.926	-	-
Peças Sobressalentes		8.334	577	-	-	73	-	8.984
Total Imobilizado		1.267.510	169.080	110	(3.815)	1.999	(148.409)	1.286.475
INTANGÍVEL								
ERP/Softwares	20%	10.165	-	-	3.815	-	(3.917)	10.063
Total Intangível		10.165	-	-	3.815	-	(3.917)	10.063

O montante no consolidado de R\$148.409 no imobilizado referente à depreciação e R\$3.917 no intangível referente à amortização, totalizando R\$152.326, refere-se a:

	Consolidado	
	2019	2018
Áreas Industriais	143.888	142.220
Áreas comerciais	2.842	2.319
Áreas gerais e administrativas	5.596	3.658
Total de depreciação e amortização	152.326	148.197

12.1. Imobilizado em andamento

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta de imobilizações em andamento, apresentado na controladora e no consolidado, era de R\$184.904 (R\$30.584 em 31 de dezembro de 2018), e estava substancialmente representado por dispêndios nos projetos em execução e adiantamentos a fornecedores:

12.1.1. A unidade de Dias d'Ávila-BA possui saldo no montante de R\$167.983 em 31 de dezembro de 2019 (R\$27.651 em 31 de dezembro de 2018), referente a diversos projetos oriundos da necessidade de melhoria na produção, garantia operacional, segurança e meio ambiente, sendo o principal a nova torre de absorção Intermediária e a parada de manutenção preventiva de 2019.

12.1.2. A unidade de Santo André-SP possui saldo no montante de R\$16.921 em 31 de dezembro de 2019 (R\$2.933 em 31 de dezembro de 2018). Os principais projetos são destinados à manutenção, garantia das atividades operacionais, atualização tecnológica e segurança corporativa.

12.2. Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado e intangível (*impairment*)

Em atendimento às exigências do IAS 36/CPC 01 (R1) - Redução do Valor Recuperável de Ativos, a Companhia efetuou inventário físico de seus ativos imobilizados com data base 31 de dezembro de 2018, no 3º trimestre de 2019 após conclusão do trabalho ficou evidenciado que o valor estimado de mercado é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía provisão para perda de R\$1.926, referente a máquinas e equipamentos sem uso. O valor foi revertido após a conclusão do inventário físico.

12.3. Imobilizado oferecido em garantia

A Companhia ofereceu bens do seu ativo imobilizado em garantia de processos fiscais, garantia de financiamentos dos projetos de expansão e atualização tecnológica das linhas de produção e garantia de empréstimos no processo de reperfilamento das dívidas, que em 31 de dezembro de 2019 totalizavam R\$617.993, de valor residual do imobilizado, e R\$1.248.045, de valor justo obtido através de laudo de avaliação de ativos conforme quadro abaixo:

O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

Garantias de Processos	Modalidade	Valor Contabil	Valor Justo
Trabalhista	Processo Trabalhista	440	853
Penhor suspensivo - CSLL	Contrato de Alienação Fiduciária	47.355	50.349
Penhor suspensivo - HSBC	Contrato de Alienação Fiduciária	70.036	101.105
Total Geral		117.831	152.307

Garantia de Empréstimos	Modalidade	Valor Contabil	Valor Justo
FNE		196.401	255.969
Sub-total (anterior a reestruturação)		196.401	255.969
Hipoteca no closing	Hipoteca de primeiro grau	113.645	150.225
Penhor (Pós-Reperfilamento) - Dias D'Ávila		116.542	510.821
Penhor (Pós-Reperfilamento) - Utinga		72.884	157.866
Penhor (Pós-Reperfilamento) - Serra		689	20.856
Sub-total (Hipotecados/Penhorados reperfilamento)		303.760	839.768
Total Garantia de Empréstimos		500.161	1.095.737

Total Garantia		617.992	1.248.044
-----------------------	--	----------------	------------------

13. Fornecedores

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Nacionais					
Mercadorias		86.514	44.677	86.547	44.709
Frete e transportes		17.080	10.738	18.025	12.424
Serviços		21.910	16.252	21.986	16.285
Energia elétrica/água e esgoto/gás		9.457	4.881	9.457	4.881
Seguros		1.342	1.749	1.342	1.749
Outros		1.439	3.045	1.439	3.045
Partes relacionadas	11.2	26	52.020	-	-
Ajuste a valor presente		(247)	(610)	(247)	(611)
		137.521	132.752	138.549	82.482
Exterior					
Mercadorias	(a)	356.826	1.175.505	357.026	1.175.505
		356.826	1.175.505	357.026	1.175.505
		494.347	1.308.257	495.575	1.257.987
Passivo circulante		494.270	1.308.257	495.498	1.257.987
Passivo não-circulante		77	-	77	-

- a) Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía R\$70.905 (R\$911.443 em 31 de dezembro de 2018) de compras de concentrado conforme acordo celebrado com a Glencore (Nota 11.3.b).

14. Operações com *forfaiting* e cartas de crédito

Corresponde a contratos firmados de compra de concentrado de cobre com fornecedores que utilizam bancos para operações denominadas "*forfaiting*" e cartas de crédito. Nessas transações, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para os bancos que, por sua vez, passam a ser credores da operação. Essa forma de operação não altera significativamente preços e demais condições estabelecidas com os fornecedores da Companhia. No entanto, a utilização das instituições financeiras permite aos fornecedores alongar prazos de pagamentos para seus clientes e, ao mesmo tempo, antecipar o recebimento de suas vendas a prazo, contribuindo para a melhoria de seus fluxos de caixa operacionais.

O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

Considerando as características de tais transações e cientes da forma como nossos fornecedores estão financiando suas operações, os montantes referentes a estas transações estão sendo apresentados em rubrica específica. Os prazos e condições estão apresentados abaixo:

			Controladora/Consolidado			
	Taxa de juros	Prazo	2019		2018	
			US\$	R\$	US\$	R\$
Carta de Crédito	VC + 4,0% a 4,4% a.a.	até 360 dias	-	-	8.220	31.852
Forfaiting - Fornecedores nacional	0,99% a 1,4% a.a.	até 120 dias	-	85.641	-	35.062
			-	85.641	8.220	66.914

15. Arrendamento mercantil

Até o exercício de 2018, os arrendamentos de ativos imobilizados eram classificados como arrendamentos financeiros ou operacionais. A partir de 1º de janeiro de 2019, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pela Companhia.

Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor.

O quadro abaixo demonstra a movimentação dos contratos de arrendamento no exercício:

Contrato	Vigência até	Taxa Juros	Ativo não circulante				Passivo			
			Adoção Inicial	Adições/Baixas	Amortização direito de uso	2019	Adoção Inicial	Adições /Baixas	Pgts	2019
Locação de rádios de comunicação-BA	ago-23	0,92%	251	-	(251)	-	262	-	(262)	-
Locação de veículos da Diretoria	set-21	0,92%	585	(465)	(74)	46	680	(414)	(213)	53
Locação de Empilhadeiras-ES	ago-23	0,92%	118	-	(25)	93	151	-	(32)	119
Locação de Empilhadeiras-SP	dez-20	0,92%	131	-	(66)	65	146	-	(73)	73
Locação Caminhão Munc	jan-20	0,92%	502	-	(463)	39	535	-	(494)	41
Locação Aidaime + Montagem e Desmontagem	fev20	0,92%	1.763	-	(1.511)	252	1.887	-	(1.617)	270
Locação de Guindastes-BA	mar-20	0,92%	910	-	(728)	182	978	-	(782)	196
Locação Plataformas Elevatórias-BA	abr-20	0,92%	715	-	(536)	179	772	-	(579)	193
Locação de Empilhadeiras-SP	jul-23	0,92%	4.211	-	(918)	3.293	5.384	-	(1.175)	4.209
Locação Sala Comercial	mar-23	0,92%	1.177	-	(277)	900	1.480	-	(303)	1.177
Locação de Empilhadeiras-BA	jul-21	0,92%	2.965	-	(1.148)	1.817	3.421	-	(1.325)	2.096
Locação de Equipos p/ movimentacao Interna	nov-21	0,92%	20.947	-	(7.184)	13.763	24.591	-	(8.431)	16.160
Locação de Empilhadeiras-RJ	jul-21	0,92%	435	-	(168)	267	502	-	(194)	308
Locação de Gerador	abr-21	0,92%	-	760	(253)	507	-	851	(283)	568
Locação Equipamento Movimentação Sucata	mai-21	0,92%	-	438	(127)	311	-	491	(144)	347
Locação Equipamentos de Informatica	Set-22	0,92%	-	1.620	(134)	1.486	-	1.910	(212)	1.698
Locação Plataforma Elevatória	dez-21	0,92%	-	257	-	257	-	288	-	288
			34.710	2.610	(13.863)	23.457	40.789	3.126	(16.119)	27.796
Ajuste a valor presente							(6.079)	2.907	-	(3.172)
Saldo de Passivo de arrendamento							34.710	6.033	(16.119)	24.624
Passivo circulante										12.335
Passivo não-circulante										12.289

A taxa de juros aplicada é a taxa incremental de empréstimos, calculada sobre custo médio ponderado de capital que a Companhia teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

O quadro abaixo demonstra o vencimento das prestações:

	Consolidado
	2019
2020.....	13.774
2021.....	11.231
2022.....	1.994
2023.....	797
	27.796

O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ no 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento:

Total	2019	2020	2021	2022	2023
Passivo de Arrendamento	27.796	14.022	2.791	797	-
Fluxo com projeção de inflação	28.071	14.294	2.891	842	-
Direito de Uso	23.457	11.682	2.203	622	-
Fluxo com projeção de inflação	23.689	11.908	2.282	657	-
Despesa Financeira	2.907	2.107	851	187	27
Fluxo com projeção de inflação	2.935	2.148	881	197	29
Despesa de Depreciação	11.299	11.730	9.478	1.581	622
Fluxo com projeção de inflação	11.411	11.957	9.819	1.670	672

O valor das isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses, contratos de arrendamento cujo objeto seja de pequeno valor ou contratados sob demanda, totalizam no período R\$12.959 no consolidado, classificados como alugueis conforme Nota 23.

16. Empréstimos e financiamentos

As principais condições renegociadas no reperfilamento das dívidas em 2017, em uma base comum para todos os credores, são prazo total de até 7 anos para pagamento das dívidas, sendo os 2 primeiros anos período de carência para o início do pagamento do principal e pagamento de juros anuais.

Os custos de transação diretamente atribuíveis ao processo de reperfilamento das dívidas, envolvendo principalmente a contratação de assessores jurídicos e financeiros, auditoria externa, gastos com elaboração de prospectos e relatórios bem como, taxas, comissões e registros, estão contabilizados em conta redutora do passivo conforme quadro abaixo.

Segue abaixo o saldo dos empréstimos líquidos dos custos de transação no final de cada período

	Controladora/Consolidado			
	2019		2018	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Contratados em Moeda USD				
Financiamentos de importação	-	-	12.932	-
Financiamentos comércio exterior-ACC	205.168	560.244	38.260	673.219
Pré-pagamento de exportação -PPE	267.873	998.277	20.389	1.199.582
Cedula de credito bancario	17.422	65.009	1.305	78.119
	490.463	1.623.530	72.886	1.950.920
Contratados em Moeda BRL				
Financiamento de Projetos	348	-	9.664	345
Banco do Nordeste do Brasil - FNE	24.300	17.801	24.472	41.802
Capital de giro	27.177	17.889	29.166	44.721
Nota de crédito de exportação - NCE	30.080	-	-	-
	81.905	35.690	63.302	86.868
Custos de transação - reperfilamento	(4.359)	(16.344)	(4.359)	(20.704)
	568.009	1.642.876	131.829	2.017.084

As parcelas de longo prazo têm os seguintes vencimentos:

Controladora/Consolidado		
	2019	2018
2020.....	-	437.003
2021.....	437.214	421.516
2022.....	681.646	655.113
2023.....	261.463	251.181
2024.....	262.553	252.271
	1.642.876	2.017.084

Resumo da movimentação dos empréstimos no período

Controladora/Consolidado						
	2018	Entrada	Pgto Principal	Pgto Juros	Var Camb + Juros	2019
Financiamentos de importação	12.932	-	(13.274)	(430)	772	-
Financiamentos de comércio exterior -ACC-ACE	711.479	63.634	(36.578)	(33.129)	60.006	765.412
Pré-pagamento de exportação -PPE	1.219.970	-	-	(74.319)	120.499	1.266.150
Financiamento de Projetos	10.010	-	(9.667)	(395)	400	348
Banco do Nordeste do Brasil - FNE	66.274	-	(24.000)	(5.284)	5.111	42.101
NCE	-	60.000	(30.000)	(1.362)	1.442	30.080
Capital de Giro	73.887	-	(28.510)	(4.645)	4.334	45.066
Cédula de crédito bancário	79.423	-	-	(4.832)	7.840	82.431
Custos de transação - reperfilamento	(25.062)	-	-	-	4.359	(20.703)
Empréstimos e Financiamentos	2.148.913	123.634	(142.029)	(124.396)	204.763	2.210.885

Abertura do endividamento por banco após o reperfilamento da dívida.

Modalidade	Banco	Pagamento	Vencimento Principal	Taxas	2019			Em US\$		
					Passivo circulante Principal	Passivo circulante Juros	Passivo não circulante Principal	Passivo circulante Principal	Passivo circulante Juros	Passivo não circulante Principal
Contratados em Moeda BRL										
FINAME	Banco Safra S.A.	Mensal	2018 a 2020	9,50% a.a	7	-	-	-	-	-
BNDES AUT.	Banco Safra S.A.	Mensal	2018 a 2020	2,5% a 18,5% a.a	340	1	-	-	-	-
NCE	Banco Safra S.A.	Anual	2020	CDI + 3,70% a.a	30.000	80	-	-	-	-
FNE	Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Mensal	2018 a 2023	10% a.a	24.000	300	17.801	-	-	-
GIRO	Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Mensal	2018 a 2021	CDI + 0,5% a.m	26.832	345	17.889	-	-	-
Total contratados em moeda BRL					81.179	726	35.690	-	-	-
Contratados em Moeda USD										
ACC	Banco BNP Paribas Brasil S.A.	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 6 + 1,75% a.a	22.572	1.194	90.287	5.600	296	22.400
ACC	Banco do Brasil S.A.	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 6 + 1,75% a.a	22.572	1.194	90.288	5.600	296	22.400
ACC	Caixa Economica Federal	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 6 + 1,75% a.a	46.990	2.485	187.960	11.658	616	46.632
ACC	China Construction Bank	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 6 + 1,75% a.a	7.419	392	29.675	1.841	97	7.362
ACC	Ing Bank N.V.	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 6 + 1,75% a.a	16.123	853	64.491	4.000	212	16.000
ACC	Scotiabank	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 6 + 1,75% a.a	24.386	1.289	97.543	6.050	320	24.200
ACC	Banco Banrisul	Anual	2020	4,80% a 5,30% a.a	44.881	1.207	-	11.135	300	-
ACE	Banco Daycoval S.A.	Anual	2020	6,70% a.a	11.581	30	-	2.873	7	-
PPE	Banco Sumitomo Mitsui BR. S.A.	Semestral	2020 a 2024	LIBOR 12 + 3,25% a.a	28.481	2.089	113.924	7.066	518	28.264
PPE	Scotiabank	Semestral	2020 a 2024	LIBOR 12 + 3,25% a.a	2.886	212	11.543	716	53	2.864
PPE	Ing Bank N.V.	Semestral	2020 a 2024	LIBOR 12 + 3,25% a.a	7.010	514	28.040	1.739	128	6.957
PPE	China Construction Bank	Semestral	2020 a 2024	LIBOR 12 + 3,25% a.a	9.239	678	36.956	2.292	168	9.169
PPE	Cargill Incorporated	Semestral	2020 a 2024	LIBOR 12 + 3,25% a.a	111.626	8.187	446.509	27.694	2.031	110.777
PPE	Banco Bradesco S.A.	Semestral	2020 a 2024	LIBOR 12 + 3,25% a.a	46.243	3.392	184.972	11.473	841	45.891
PPE	Banco do Brasil S.A.	Semestral	2020 a 2024	LIBOR 12 + 3,25% a.a	21.886	1.605	87.544	5.430	398	21.719
PPE	Zion Capital S/A	Semestral	2020 a 2024	LIBOR 12 + 3,25% a.a	22.197	1.628	88.789	5.507	404	22.028
CCB	Wilbury NPL Fundo de Invest.	Semestral	2020 a 2024	LIBOR 6 + 3,15% a.a	16.252	1.170	65.009	4.032	290	16.129
Total contratados em moeda USD					462.344	28.119	1.623.530	114.706	6.975	402.792
Custos de transação - reperfilamento					(4.359)	-	(16.344)	-	-	-
Total					539.164	28.845	1.642.876	114.706	6.975	402.792

Garantias:

Em 31 de dezembro de 2019, os empréstimos e financiamentos estão garantidos por bens do ativo imobilizado no valor de residual de R\$725.240, conforme Nota 12.3.

Covenants:

Em relação aos *covenants* financeiros, conforme Acordo Global de reperfilamento das dívidas, a Companhia está obrigada ao cumprimento dos seguintes índices:

a) Dívida Líquida / EBITDA:

- igual ou inferior a -50,9 x em 31 de dezembro de 2017;
- igual ou inferior a 63,1x em 30 de junho de 2018;
- igual ou inferior a 16,6x em 31 de dezembro de 2018;
- igual ou inferior a 14,6x em 30 de junho 2019;
- igual ou inferior a 10,4x em 31 de dezembro de 2019;
- igual ou inferior a 9,0x em 30 de junho 2020;
- igual ou inferior a 7,0x em 31 de dezembro de 2020;
- igual ou inferior a 6,5x em 30 de junho de 2021;
- igual ou inferior a 5,8x em 31 de dezembro de 2021;
- igual ou inferior a 5,8x em 30 de junho de 2022;
- igual ou inferior a 5,2x em 31 de dezembro de 2022;
- igual ou inferior a 5,0x em 30 de junho de 2023;
- igual ou inferior a 4,3x em 31 de dezembro de 2023;
- igual ou inferior a 4,6x em 30 de junho de 2024; e
- igual ou inferior a 3,9x em 31 de dezembro de 2024.

b) Liquidez Corrente

A Companhia deve apresentar também o índice de liquidez corrente consubstanciado no quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante igual ou superior a 1,0x (uma vez), conforme medido em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, com base nas demonstrações financeiras divulgadas pela Companhia após a primeira publicação das Demonstrações Financeiras revisadas após a celebração deste Acordo.

A Companhia apresentou conformidade nesse índice nos períodos findos em 30 de junho e 31 de dezembro de 2019 e 2018.

c) Limite mínimo de estoque e recebíveis

A partir do trimestre findo em 30 de setembro de 2017 (inclusive), entregar aos credores correspondência demonstrando o cálculo detalhado do limite mínimo de estoques e recebíveis para tal período fiscal correspondente com base nas informações financeiras divulgadas trimestralmente pela Companhia, nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários (i.e., Informações Financeiras Trimestrais – ITRs para os trimestres encerrados em março, junho e setembro, e Informações Financeiras Anuais para o trimestre encerrado em dezembro).

Mediante expectativa de desempenho a Companhia mantém o cumprimento e o monitoramento tempestivo dos índices de *covenants*.

17. Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Provisões de férias	27.091	27.057	27.134	27.110
Participação nos resultados	14.541	24.299	14.592	24.388
Previdência social	6.972	5.840	6.982	5.853
Fundo de garantia por tempo de serviço	1.657	1.537	1.661	1.541
Previdência privada	440	454	440	454
Outros	72	715	72	715
Passivo circulante	50.773	59.902	50.881	60.061

18. Impostos e contribuições a recolher

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Contrib. para financ. da seguridade social - COFINS		778	-	869	-
Imposto circulação de mercadorias e serviços-ICMS		5.095	4.198	5.111	4.218
Programa de integração social - PIS		113	-	131	-
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU		185	190	185	190
Imposto sobre produtos industrializados - IPI		1.778	1.861	1.778	1.861
Imposto de renda retido na fonte - IRRF		3.166	2.505	3.169	2.509
Imposto de renda e contribuição social do exercício	26.2	-	-	7	1.424
PIS, COFINS, IR e CS retidos sobre serviços		522	470	522	470
Imposto sobre serviços - ISS		654	431	655	431
Outros		28	36	28	36
Passivo circulante		12.319	9.691	12.455	11.139

O sistema tributário brasileiro é de auto lançamento, portanto, as declarações de renda arquivadas permanecem abertas para revisão pelas autoridades fiscais por um período de cinco anos, contados da data de arquivamento.

19. Provisão para demandas judiciais

19.1. Riscos provisionados

Com base na análise individual dos processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas e cíveis, movidos contra a Companhia e suas controladas, foram constituídas provisões no passivo, para riscos com perdas consideradas prováveis na avaliação de nossos assessores jurídicos, em valor julgado suficiente.

Segue saldos da provisão das contingências, com a demonstração do saldo líquido dos depósitos judiciais pela causa relacionada. Os depósitos judiciais são para garantias e serão levantados pelas partes contrárias no encerramento do processo, em caso de decisão desfavorável, definitiva.

	Controladora			Consolidado		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
	Total de Contingencia	Depositos Judiciais	Provisões	Total de Contingencias	Depositos Judiciais	Provisões
Trabalhistas	182.572	(8.076)	174.496	164.562	(143)	164.419
Tributárias	1.453	-	1.453	2.204	-	2.204
Previdenciário	8.238	(307)	7.931	792	-	792
Cíveis	17.978	(9.948)	8.030	6.744	-	6.744
	210.241	(18.331)	191.910	174.302	(143)	174.159

A movimentação das provisões está demonstrada conforme a seguir:

	Controladora/Consolidado				
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Previdenciário	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	179.350	1.875	4.980	-	186.205
Provisão / Reversão	30.369	1.894	896	792	33.951
Atualização Monetária	14.954	54	905	-	15.913
Baixas	(60.254)	(1.619)	(37)	-	(61.910)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	164.419	2.204	6.744	792	174.159
Provisão / Reversão	30.738	(1.795)	11.588	7.479	48.010
Atualização Monetária	11.241	1.088	2.268	-	14.597
Depositos Judiciais	(8.076)	-	(9.948)	(307)	(18.331)
Baixas	(23.826)	(44)	(2.622)	(33)	(26.525)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	174.496	1.453	8.030	7.931	191.910

As contingências trabalhistas tratam de processos em trâmite na Justiça do Trabalho que, individualmente, não são relevantes para os negócios da Companhia.

A provisão para ações cíveis consiste, principalmente, em ações indenizatórias e relacionadas a discussões sobre divergências contratuais.

19.2. Riscos avaliados como possíveis

Além dos processos acima mencionados, existem outros em andamento para os quais, com base na opinião dos assessores jurídicos e em consonância com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, não foram registradas provisões.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Trabalhistas	36.213	67.479	36.213	67.479
Tributárias	792.134	678.197	795.522	679.937
Previdenciárias	33.709	20.070	33.709	20.070
Cíveis	435.602	471.324	435.602	471.324
	1.297.658	1.237.070	1.301.046	1.238.810

Os processos de maior relevância, cujo risco é avaliado como possível, são de natureza tributárias e estão comentados nos itens "a" e "b":

a) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

Por decisão judicial transitada em julgado, em 1994, a Companhia Caraíba Metais S.A., incorporada pela Paranapanema S.A. em 13 de novembro de 2009, obteve o direito de não recolher a Contribuição Social sobre o Lucro instituída pela Lei nº 7.689/88.

Com a decisão favorável à Caraíba Metais S.A., Companhia incorporada pela Paranapanema, foi questionada pela Fazenda Nacional, por meio de ação rescisória proposta em 1994, cujo objeto é o consequente restabelecimento da sujeição da Companhia (sucessora da Caraíba Metais S. A.) ao recolhimento da contribuição. A referida ação rescisória foi julgada procedente à União com o acolhimento do pedido e transitou em julgado em 29 de março de 2010.

A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, acredita que a decisão que desconstituiu o direito em não recolher a CSLL não pode retroagir seus efeitos desde o ano do surgimento da Lei, motivo pelo qual a Companhia incorporada não registra provisão para esta contribuição desde o ano-calendário de 1994. Nos períodos anteriores a esta data, a Companhia não apurou base de cálculo positiva de CSLL.

Sobre o assunto, a Secretaria da Receita Federal do Brasil lavrou cinco autos de infração relativos a fatos gerados entre 1994 e 2008, sendo que um destes autos foi segregado, mantendo parte da

discussão na esfera administrativa e a outra encaminhada à esfera judicial. Atualmente, quatro destas autuações são alvos em Execuções Fiscais, devidamente garantidas, por meio de apólice judicial, as quais foram aceitas pelo juiz competente.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia estima os valores envolvidos, não provisionados, em R\$355.620, sendo R\$317.881 avaliados como risco possível e R\$37.739 como risco remoto (R\$348.022 em 31 de dezembro de 2018, R\$254.562 avaliados como risco possível e R\$93.460 como risco remoto), de acordo com a opinião de seus assessores jurídicos.

b) Multa isolada IPI e IRPJ

A Secretaria da Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração para cobrança de multa isolada por suposta compensação indevida de débitos de IPI e IRPJ no período de 2004 a 2006, efetuada pela incorporada Caraíba Metais S.A., por ter sido realizada antes do trânsito em julgado da ação judicial que discutia os créditos utilizados na compensação.

Em 24 de agosto de 2010, a incorporada Caraíba Metais S.A. obteve êxito parcial no julgamento do Recurso Voluntário apresentado, tendo sido reconhecido, por unanimidade, a inexistência de fundamento legal para imposição de multa isolada lançada até a edição da Lei nº 11.196/2005.

A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, acredita que a cobrança é indevida conforme decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.164.452/MG, a qual foi submetido à sistemática de recursos repetitivos, no sentido de que a exigência do trânsito em julgado da decisão judicial é requisito que somente pode ser exigido para ações ajuizadas após a entrada em vigor da Lei Complementar nº 104/2001, que ocorreu em 11 de janeiro de 2001, ao passo que a ação judicial que fundamentou o crédito utilizado para compensação foi distribuída em 17 de agosto de 1998.

Atualmente, o processo permanece em discussão na 1ª instância da esfera judicial, tendo a cobrança sido impugnada pela Companhia por meio dos Embargos à Execução Fiscal.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia estima o valor, não provisionado e devidamente atualizado, em R\$111.045 (R\$107.788 em 31 de dezembro de 2018), com risco avaliado como possível.

c) BTG Pactual S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A.

Por conta de controvérsias envolvendo a Companhia com o BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") e Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander", e em conjunto com BTG Pactual, "Bancos"), que discutiam determinadas obrigações advindas de um Contrato de Abertura de Crédito firmado entre as partes, dentre elas, cobranças advindas de Contratos de Swap também firmados entre as partes, o Santander, em abril de 2010, iniciou procedimento arbitral perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CAM-CCBC" e "1ª Arbitragem", respectivamente), cuja sentença, favorável ao Santander, havia determinado o pagamento de R\$292.000, corrigidos, a partir das datas definidas na sentença, pelo IGPM + 1% ao mês. Referida sentença foi objeto de ação anulatória proposta pela Paranapanema na Justiça comum, a qual foi julgada procedente em primeira e segunda instâncias (TJSP), determinando a anulação da decisão proferida pelo Tribunal Arbitral. Após recursos especiais pela Paranapanema e pelo BTG Pactual, o Superior Tribunal de Justiça (o "STJ"), em 18 de setembro de 2018, manteve o acórdão do TJSP tal qual como proferido, ratificando a anulação da 1ª Arbitragem. A decisão do STJ transitou em julgado em novembro de 2018.

No início de 2015, após o acórdão do TJSP mencionado acima, o Santander requereu a instauração de novo procedimento arbitral perante o CAM-CCBC. A nova arbitragem foi instituída, passando a tramitar sob o nº 02/2015/SEC1 (a "2ª Arbitragem"). Deste procedimento arbitral são partes Santander e BTG Pactual como requerentes, e a Companhia como requerida. Este novo

procedimento buscava discutir a mesma matéria da 1ª Arbitragem. Em 10 de agosto de 2018, a Paranapanema foi intimada da sentença arbitral parcial proferida nesta 2ª Arbitragem e que decidiu pela nulidade de algumas obrigações previstas no Contrato de Abertura de Crédito, com repercussão sobre os Contratos de Swap. Por outro lado, a sentença arbitral parcial reconheceu, a existência de créditos contrapostos entre as partes e, por isso, determinou a realização no mesmo procedimento arbitral, de uma fase de ajuste pecuniário para apurar os valores devidos de parte a parte, segundo critérios ainda a serem definidos pelo tribunal arbitral, não sendo possível precisar, no momento, o que dela virá a resultar, tendo em vista que referida discussão encontra-se em andamento.

Apoiada no Pronunciamento Técnico CPC 25, a administração da Paranapanema entende que as circunstâncias, riscos e incertezas do caso devem ser levadas em consideração para se alcançar a melhor estimativa de eventual contingenciamento, ativo ou passivo. Os contingenciamentos devem ser reavaliados em cada data de balanço e ajustados para refletir a melhor estimativa corrente. Assim, tendo em vista o quanto decidido pelo tribunal arbitral na 2ª Arbitragem até o momento, bem como considerando que determinados critérios ainda são objeto de discussão pelas partes, restando pendente definição pelos árbitros, a administração da Paranapanema, apoiada em discussões, relatórios e análises de seus consultores externos, entende que não é praticável estimar assertivamente o desfecho e nem o efeito financeiro envolvendo a presente questão (itens 84 e seguintes do CPC 25).

Em março de 2019, o BTG Pactual ajuizou Ação Anulatória em relação à 2ª Arbitragem, com pedido liminar para a suspensão da eficácia da sentença arbitral parcial proferida. A ação corre em segredo de justiça perante a 1ª Vara Empresarial e Conflitos de Arbitragem do Foro Central de São Paulo/SP. O pedido liminar foi indeferido, mantendo-se inalterado o curso da 2ª Arbitragem até o momento.

20. Outros passivos circulantes

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Dividendos a pagar	(a)	172	26.274	172	26.274
Passivos relacionados a contratos de clientes	(d)	10.980	192.515	11.097	193.122
Serviços e honorários advocatícios		8.191	9.661	8.191	9.661
Provisões diversas		45.977	26.662	46.151	26.843
Comissões sobre vendas		8.615	9.571	8.739	9.690
Provisão despesas meio-ambiente	(b)	5.787	6.681	5.787	6.681
Créditos de clientes	(c)	1.001	1.709	345	2.034
Outros		1.348	1.069	1.348	1.070
Passivo circulante		82.071	274.142	81.830	275.375
Dividendos a pagar		172	26.274	172	26.274
Passivos relacionados a contratos de clientes		10.980	192.515	11.097	193.122
Outros passivos circulantes		70.919	55.353	70.561	55.979
		82.071	274.142	81.830	275.375

- Dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício de 2015, ajustado pela constituição da reserva legal, contemplando a atualização monetária do montante com base no IGP-M, conforme Nota 21k. Parte substancial dos dividendos foram pagos em 30 de dezembro de 2019.
- Refere-se aos gastos previstos para cumprimento das obrigações assumidas no TAC-Termo de Ajuste de Conduta, assinado em 04 de dezembro de 2015, entre o Ministério Público da Bahia, Paranapanema e outros, cujo objeto é a adoção de medidas mitigadoras, reparatórias e compensatórias dos impactos ambientais na área de influência de Ilha de Maré.

- c) Crédito de clientes refere-se a ajustes entre os parâmetros de preços, volumes e/ou teores metálicos cobrados no faturamento e os parâmetros finais da transação.
- d) Valor referente a adiantamentos efetuados por clientes (maioria provenientes de exportação) onde o preço de venda final é posteriormente ajustado pelo volume, teor metálico ou qualidade verificada pelo cliente.

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2019 é de R\$2.069.566.247,56 (Dois bilhões, sessenta e nove milhões, quinhentos e sessenta e seis mil, duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta e seis centavos) dividido em 43.403.849 (quarenta e três milhões, quatrocentos e três mil, oitocentas e quarenta e nove) ações escriturais, e em 31 de dezembro de 2018 era de R\$1.990.707.732,56 (Um bilhão, novecentos e noventa milhões, setecentos e sete mil, setecentos e trinta e dois reais e cinquenta e seis centavos) dividido em 692.370.186 (seiscentos e noventa e dois milhões, trezentas e setenta mil, cento e oitenta e seis) ações escriturais, sendo todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A variação do capital social de 31 de dezembro de 2018 para 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$78.858.515,00 refere-se a conversão de debêntures em ações.

Conforme fato relevante de 29 de março de 2019, a Companhia, em suas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas na mesma data, aprovou a proposta de grupamento da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia, sem modificação do valor do capital social, nos termos do art. 12 da Lei nº 6.404/76.

O grupamento da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia, na proporção 17 (dezessete) ações ordinárias para 1 (uma) ação da mesma espécie, passaram a ser negociadas agrupadas a partir de 02 de maio de 2019.

Segue abaixo a composição acionária do capital da Companhia em 31 de dezembro de 2019, e a composição em 31 de dezembro de 2018 divulgada e a situação após o grupamento:

	%	2019	%	31/12/2018 Grupamento	2018
Mineração Britirama S.A.	27,73	12.037.733	9,20	3.748.864	63.730.682
Caixa Econômica Federal	16,18	7.022.365	17,32	7.054.165	119.920.814
João José Oliveira de Araujo	9,46	4.107.300	0,04	16.959	288.300
Cargill Financial Services Internat, Inc	8,75	3.798.867	6,70	2.729.712	46.405.116
Bonsucex Holding S.A.	6,91	2.998.675	6,27	2.555.128	43.437.178
Glencore International Investments Ltd	5,73	2.488.687	6,11	2.488.687	42.307.692
Fund. Petrobras de Seguridade Social - PETROS	-	-	5,10	2.078.307	35.331.221
Caixa de Previd. dos Func. do Banco do Brasil - PREVI	-	-	19,80	8.065.918	137.120.603
Ações em Tesouraria	0,00	1.441	0,00	1.441	24.509
Mercado	25,23	10.948.781	29,44	11.988.477	203.804.071
Quantidade de Ações		43.403.849		40.727.658	692.370.186

b) Debêntures conversíveis em ações

O Conselho de Administração aprovou, em 29 de agosto de 2017, o lançamento da oferta pública de debêntures, mandatoriamente conversíveis em ações da Companhia. O lançamento da oferta pública com esforços restritos de colocação de debêntures, mandatoriamente conversíveis em ações da Companhia, em duas séries, da espécie quirografária, sem garantia adicional, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, pelo

Banco Modal S.A. Agente Fiduciário Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. Agente Escriurador Banco Bradesco S.A. Valor unitário R\$1,00.

Foram emitidas 334.216.991 debêntures da 1ª Série e 25.786.827 debêntures da 2ª Série. As debêntures da 1ª Série venceram em 01/09/2019 e as debêntures da 2ª série tem vencimento em 01/09/2021. A subscrição foi no montante de R\$360.004 de debêntures conversíveis em 207.694.550 de ações. Em 22 de setembro de 2017, os investidores converteram as dívidas em debêntures.

As debêntures da 1ª Série foram integralmente convertidas em ações, conforme prazo de vencimento. As debêntures da 2ª Série poderão ser convertidas em ações a qualquer momento, sendo que, ao final de seu prazo de vencimento a conversão ocorrerá de forma automática e obrigatória.

Em 31 de dezembro de 2019 o total de debêntures convertidas em ações totalizaram R\$334.217, e o saldo a ser convertido é R\$25.787.

c) Capital social autorizado

A Administração da Companhia está autorizada a aumentar o capital social da Paranapanema independentemente de decisão de assembleia, mediante deliberação do Conselho de Administração, no limite de até R\$3.500.000 (três bilhões e quinhentos milhões de reais), cabendo também ao Conselho de Administração a fixação das condições de emissão e colocação dos títulos emitidos, entre as hipóteses permitidas por lei.

d) Direitos das ações

Aos titulares de ações serão atribuídos, em cada exercício, dividendos mínimos de 25% do lucro líquido, calculados nos termos da legislação societária brasileira, devendo ser pagos no prazo máximo de 60 dias da data em que forem declarados pela Assembleia Geral. Detém o direito de voto todas as ações ordinárias que compõem a titularidade do capital social, o qual se encontra totalmente subscrito e integralizado.

Conforme Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os detentores de ações ordinárias da Companhia têm direito a vender suas ações pelo mesmo preço que as ações do bloco de controle tenham sido negociadas (*tag along* de 100%);

e) Reserva legal

A Lei das Sociedades por Ações exige que as sociedades anônimas apropriem 5% do lucro líquido anual para reserva de lucros, antes dos lucros serem distribuídos, limitando essa reserva a 20% do valor do capital social.

f) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha 1.441 ações em tesouraria, equivalente as 24.509 ações de 31 de dezembro de 2018 após o grupamento na proporção de 17 por 1, sendo todas ações ordinárias. O valor de mercado da totalidade das ações em tesouraria calculado com base na última cotação em bolsa em 31 de dezembro de 2019, é de R\$42 (R\$34 em 31 de dezembro de 2018).

g) Reserva de incentivos fiscais

A Paranapanema é beneficiária até 2027, nos termos do Regulamento dos Incentivos Fiscais da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, conforme instituído pela Portaria Ministro de Estado da Integração Nacional – MIN N° 283 de 04/07/2013 (“Regulamento”), da

redução fixa de 75% do imposto sobre a renda e adicionais calculados com base no lucro da exploração. O Lucro da exploração é calculado com base no lucro líquido apurado no período, excluindo dos benefícios fiscais (i) os resultados financeiros e (ii) os ganhos de capital.

De acordo com o artigo 11 do Regulamento, “o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude dos benefícios fiscais de que trata este Regulamento não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá reserva de incentivos fiscais, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social”. Assim, se constitui uma obrigação da Companhia destinar à Reserva de Incentivo Fiscal o valor resultante do benefício fiscal (valor do imposto que deixar de ser pago), o qual, por definição, não transita pelo resultado, por não se referir à entrega de bens ou serviços pela Companhia.

h) Ajustes de avaliação patrimonial

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui:

- Parcela efetiva da variação líquida cumulativa do valor justo dos instrumentos, usados como *hedge* de fluxo de caixa na pendência do reconhecimento futuro no resultado, junto com o efeito do item hedgeado quando ambos forem liquidados (veja Nota 28).
- Ajustes acumulados de conversão, que incluem todas as diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das Demonstrações Financeiras das empresas Controladas com operações no exterior.
- O saldo da conta Reserva do Custo Atribuído refere-se a valores constituídos antes da vigência da Lei nº 11.638/07, e será mantido até sua efetiva realização. A realização da reserva é refletida na conta de lucros ou prejuízos acumulados. O mesmo tratamento é dado com referência à reversão dos impostos e contribuições diferidos, que foram registrados por ocasião da contabilização do custo atribuído.

Movimentação dos ajustes de avaliação patrimonial

	Receita exportação ACC/PPE	NDF receita de vendas	Custo Metal x Futuro Bolsa	Outras Dívidas	Reserva de reavaliação	Var. camb. Invest. exterior	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(433.145)	(147.526)	81	(424.584)	218.917	(102)	(786.359)
Movimentação	2.168	31.524	3.157	-	(12.479)	499	24.869
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(430.977)	(116.002)	3.238	(424.584)	206.438	397	(761.490)
Movimentação	(133)	46.796	(2.873)	-	(8.174)	184	35.800
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(431.110)	(69.206)	365	(424.584)	198.264	581	(725.690)

i) Valor de mercado das ações da Companhia.

O valor de mercado das ações da Companhia, de acordo com a última cotação média das ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, correspondia em 31 de dezembro de 2019 a R\$1.234.840 (R\$934.700 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia apresenta em 31 de dezembro de 2019, um patrimônio líquido de R\$621.396 (R\$602.497 em 31 de dezembro de 2018), sendo o valor patrimonial das ações de R\$14,32 (R\$14,79 em 31 de dezembro de 2018).

j) Lucro (Prejuízo) por ação

O cálculo básico do lucro (prejuízo) por ação é feito por meio da divisão do (prejuízo) do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado por meio da divisão do (prejuízo), atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas em ações ordinárias.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações ordinárias, utilizados no cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação:

	2019	2018	2018
	Grupamento		
Lucro (Prejuízo) básico por ação - ordinária			
Prejuízo do exercício	(25.075)	(323.373)	(323.373)
Média ponderada da quantidade de ações para o prejuízo básico por ação (*)	40.703.950	40.537.919	689.144.631
Prejuízo básico por ação - ordinária	(0,61603)	(7,97705)	(0,46924)
Lucro (Prejuízo) diluído por ação - ordinária			
Prejuízo do exercício	(25.075)	(323.373)	(323.373)
Média ponderada da quantidade de ações para o prejuízo diluído por ação (*)	40.703.950	40.537.919	689.144.631
Debentures conversível	875.120	3.551.313	60.372.328
Média ponderada de ações ordinárias para o lucro (prejuízo) diluído por ação	41.579.070	44.089.233	749.516.959
Prejuízo diluído por ação - ordinária	(0,60307)	(7,33451)	(0,43144)

(*) A média ponderada da quantidade de ações considera o efeito da média ponderada das mudanças nas ações, exceto em tesouraria, durante o exercício.

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas Demonstrações Financeiras.

k) Destinação do Lucro

O estatuto social prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária. O lucro líquido do exercício de 2019 foi utilizado para compensar prejuízos anteriores.

l) Pagamento dos Dividendos

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") de Acionistas da Companhia realizada em 28 de abril de 2017, aprovou, por unanimidade, a renovação da postergação do pagamento dos dividendos declarados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2016 ("AGO 2016"). O pagamento de referidos dividendos foi efetuado em 30 de dezembro de 2019, contemplando a atualização monetária com base no IGP-M a partir de 24 de junho de 2016 até a efetiva quitação.

22. Receita líquida de vendas

a) Abertura da receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita bruta de vendas	6.268.586	5.682.248	5.869.125	5.249.357
Mercado interno	3.125.574	2.901.782	2.726.104	2.349.614
Mercado externo	3.143.012	2.780.466	3.143.021	2.899.743
Impostos e Deduções de Vendas	(728.546)	(589.918)	(641.484)	(483.580)
Imposto sobre produtos industrializados – IPI	(23.981)	(25.641)	(23.981)	(25.641)
Imposto circulação de mercad. e serviços-ICMS	(340.437)	(309.633)	(294.775)	(242.122)
Incentivo Fiscal ICMS - Desenvolve (I)	78.903	90.884	78.903	90.884
Programa de integração social - PIS	(42.077)	(38.957)	(35.895)	(29.910)
Contrib. financ. da seguridade social - COFINS	(193.779)	(179.438)	(165.305)	(137.767)
Demais deduções sobre vendas	(207.175)	(127.133)	(200.431)	(139.024)
Receita líquida de vendas	5.540.040	5.092.330	5.227.641	4.765.777
Receita Líquida MI	2.528.836	2.366.677	2.212.062	1.925.750
Receita Líquida ME	3.011.204	2.725.653	3.015.579	2.840.027
	5.540.040	5.092.330	5.227.641	4.765.777

- (I). A unidade industrial sede social localizada em Dias d'Ávila, no estado da Bahia, goza de incentivo fiscal de ICMS, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia – Desenvolve. Em agosto de 2016, pelo Decreto nº 16.970 foi regulamentada a Lei n 13.564, estabelecendo que a fruição de benefícios e incentivos fiscais ou financeiros que resultem em redução do valor do ICMS a ser pago fica condicionado ao pagamento, pelo respectivo beneficiário, do valor correspondente a 10% do benefício ou incentivo, destinado ao Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza.

b) Informações geográficas – receita bruta de clientes no Exterior

	Consolidado	
	2019	2018
América	880.761	906.904
Europa	1.993.060	1.744.995
Ásia	268.090	231.648
África	1.110	16.196
	3.143.021	2.899.743

As exportações realizadas para Europa e Ásia estão basicamente representadas pelas vendas às empresas na modalidade *trading companies*, onde o principal destino foi a China.

23. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Custo do Metal	(4.888.499)	(4.312.908)	(4.567.453)	(3.970.263)
Pessoal e Benefícios (b)	(259.327)	(248.693)	(261.039)	(250.455)
Depreciação	(152.204)	(148.080)	(152.326)	(148.197)
Amortização direito de uso de ativo	(13.696)	-	(13.865)	-
Energia Eletr/Água/Gas/Comb. e Lubrif	(178.643)	(144.762)	(178.690)	(145.071)
Serviços de terceiros	(93.426)	(73.820)	(95.214)	(74.227)
Manutenção	(81.648)	(89.579)	(81.659)	(89.607)
Estoque de Insumos utilizados/absorvidos	(55.669)	(31.889)	(48.739)	(32.301)
Aluguéis	(12.192)	(21.238)	(12.959)	(22.000)
Assuntos instit. e legais	(16.308)	(16.270)	(16.360)	(16.328)
Informática/Telecomunicação	(12.502)	(13.052)	(12.531)	(13.119)
Outras despesas	(11.925)	(10.462)	(11.965)	(10.509)
Despesas de viagem	(3.129)	(3.640)	(3.134)	(3.644)
Vendas e marketing	(123)	(3.204)	(141)	(3.237)
Ociosidade (a)	175.445	175.202	175.445	175.202
	<u>(5.603.846)</u>	<u>(4.942.395)</u>	<u>(5.280.630)</u>	<u>(4.603.756)</u>
Custo dos produtos vendidos	(5.491.320)	(4.837.369)	(5.164.429)	(4.495.172)
Despesas comerciais	(27.536)	(27.816)	(29.620)	(30.011)
Despesas gerais e administrativas	(84.990)	(77.210)	(86.581)	(78.573)
	<u>(5.603.846)</u>	<u>(4.942.395)</u>	<u>(5.280.630)</u>	<u>(4.603.756)</u>

- a) A ociosidade decorre principalmente pelo menor volume de produção em função das interrupções não programadas por problemas operacionais no *smelter* e adicionalmente pela manutenção programada em seu complexo industrial de Dias d'Ávila, no estado da Bahia.
- b) Os valores referentes a pessoal e benefícios englobam salários, férias, 13º salários, previdência social e privada, assistência médica e odontológica, refeições e transportes.

24. Outras receitas (despesas)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018 Reclassificado	2019	2018 Reclassificado
Recuperações de impostos		3.051	10.551	3.051	10.551
Exclusão ICMS base calculo PIS/COFINS	08.f	396.292	17.582	396.292	17.582
Receita de venda de energia	a)	12.318	14.706	12.318	14.706
Reversão de outras perdas estimadas		2.004	7.897	2.004	7.897
Recuperações diversas		774	1.556	821	2.633
Vendas diversas		2.082	2.613	2.082	2.613
Reversão provisão penalidade contratos onerosos		4.020	-	4.020	-
Reversão de Provisão PL negativo de controlada	11	-	2.771	-	-
Recebimento de Precatório		15.428	-	15.428	-
Locação de imóveis e equiptos.		300	293	300	293
Lucros e Dividendos		31	18	31	18
Vendas de ativo imobilizado		-	35	-	35
Processo Pref Manaus		19.957	-	19.957	-
Outras receitas		4.810	867	4.811	958
Total de outras receitas		461.067	58.889	461.115	57.286
Ociosidade	23	(175.445)	(175.202)	(175.445)	(175.202)
Provisão para demandas judiciais	19	(48.009)	(33.951)	(48.009)	(33.951)
Indenizações trabalhistas		(19.476)	(4.897)	(19.618)	(4.924)
PIS e COFINS sobre outras receitas		(6.125)	(2.787)	(6.125)	(2.795)
Provisão perda Ativos mantidos para venda	10	-	(3.453)	-	(3.453)
Provisão penalidade contratos onerosos		-	(7.092)	-	(7.092)
PL negativo de controlada		(186)	(5.777)	-	-
Provisão de Honorários de Êxito		(10.867)	(1.442)	(10.867)	(1.442)
Custo ativo imobilizado baixado		110	(6)	110	(6)
Multas por auto de infração		(1.806)	(844)	(1.831)	(932)
Custo das vendas diversas		(305)	(321)	(305)	(321)
Outras perdas estimadas		(4.068)	(362)	(4.068)	(362)
Outras despesas		(3.442)	(1.275)	(3.444)	(1.335)
Total de outras despesas		(269.619)	(237.409)	(269.602)	(231.815)
Total de outras, líquidas		191.448	(178.520)	191.513	(174.529)

a) Receita de venda de energia elétrica excedente, não utilizada na produção.

25. Receitas (despesas) financeiras

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018 Reclassificado	2019	2018 Reclassificado
Variação cambial passiva	a)	(402.092)	(520.576)	(402.092)	(520.576)
Instrumentos financeiros derivativos		(28.353)	(120.578)	(28.353)	(120.614)
Hedge de valor justo de estoques	b)	-	(342.144)	-	(352.973)
Despesa de juros		(151.722)	(152.363)	(167.003)	(161.162)
Ajuste a valor presente		(41.888)	(9.137)	(56.624)	(24.680)
Despesas bancárias / IOF		(2.640)	(3.190)	(2.731)	(3.352)
Variação monetária passiva		(16.738)	(18.090)	(16.738)	(18.090)
Outras despesas financeiras		(30.652)	(14.400)	(33.204)	(15.591)
Total das despesas financeiras		(674.085)	(1.180.478)	(706.745)	(1.217.038)
Variação cambial ativa	a)	361.997	308.989	361.997	308.989
Instrumentos financeiros derivativos		13.420	25.924	13.420	25.924
Hedge de valor justo de estoques	b)	-	403.635	-	411.381
Ajuste a valor presente		29.113	27.963	41.972	37.495
Receita de juros		10.662	13.650	11.604	14.459
Exclusão ICMS base calculo PIS/COFINS	08.f	310.619	-	310.619	-
Variação monetária ativa		13.928	3.151	13.928	3.180
Outras receitas financeiras		5.573	7.618	17.345	21.222
Total das receitas financeiras		745.312	790.930	770.885	822.650
Total resultado financeiro		71.227	(389.548)	64.140	(394.388)

- c) Variação Cambial: Refere-se à atualização dos ativos e passivos expostos em moeda estrangeira, principalmente em US\$, cuja apreciação frente ao Real durante o período gerou variação cambial considerável, tanto na ponta ativa quanto na passiva. O quadro abaixo demonstra o resultado líquido da variação cambial da Companhia:
- d) As despesas e receitas com o Hedge de valor justo nos estoques, que tem como objetivo proteger o valor do metal nos estoques e consequentemente permitindo que o custo do metal nas vendas seja similar ao preço do metal da receita passaram a ser classificados no custo dos produtos vendidos.

	Controladora / Consolidado	
	2019	2018
Variação cambial passiva	(402.092)	(520.576)
Variação cambial ativa	361.997	308.989
Efeito líquido da variação cambial	(40.095)	(211.587)

26. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

26.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A controladora possui decisão judicial para o não recolhimento da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), incidindo sobre o lucro somente a alíquota de 25% do imposto de renda.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

Nota	2019			2018		
	Controladora	Controlada CDPC	Consolidado	Controladora	Controlada CDPC	Consolidado
Aliquota	25%	34%		25%	34%	
Créditos sobre prejuízos fiscais	1.278.711	31.571	1.310.282	1.315.219	31.584	1.346.803
IR s/ Prejuízo Fiscal	319.678	10.734	330.412	328.805	10.739	339.544
Provisão de Baixa de créditos sobre prejuízos fiscais	(206.834)	-	(206.834)	-	-	-
IR s/ Prejuízo Fiscal	a) 112.844	10.734	123.578	328.805	10.739	339.544
Variações cambiais líquidas	(638.120)	-	(638.120)	(602.455)	-	(602.455)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	53.948	1.163	55.111	58.524	1.402	59.926
Patrimônio líquido negativo	195	-	195	2.746	-	2.746
Provisão para demandas judiciais	191.910	-	191.910	174.159	-	174.159
Perda estimada (reversão) valor recuperável dos estoques	(15.735)	-	(15.735)	(10.649)	-	(10.649)
Perdas estimadas diversas	10.883	-	10.883	33.257	-	33.257
Reversões (Provisões) instrumentos financeiros e outros	22.860	915	23.775	(46.178)	1.135	(45.043)
Participação de administradores e outros	6.955	37	6.992	8.319	76	8.395
Provisão ajuste valor presente	(1.951)	(325)	(2.276)	1.450	2.890	4.340
Total diferenças temporárias	(369.055)	1.790	(367.265)	(380.827)	5.503	(375.324)
IR s/ diferenças temporárias	b) (92.264)	609	(91.655)	(95.207)	1.871	(93.336)
IR e CS diferidos	20.580	11.343	31.923	233.598	12.610	246.208
IR s/ Reserva de Custo Atribuído	c) (66.088)	-	(66.088)	(68.813)	-	(68.813)
	(45.508)	11.343	(34.165)	164.785	12.610	177.395
Ativo não-circulante	-	11.343	11.343	164.785	12.610	177.395
Passivo não-circulante	45.508	-	45.508	-	-	-

- a) A Companhia possui, no consolidado, prejuízos fiscais gerados no Brasil, no valor de R\$1.310.282 (R\$1.346.803 em 31 de dezembro de 2018), passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros.

Com base nos estudos técnicos relacionados aos lucros tributáveis futuros, a Companhia constituiu-se uma perda estimada no montante em R\$206.834 sobre os ativos fiscais diferidos auferidos anteriormente.

Tal ajuste decorre das projeções em 2019, considerando o novo cenário econômico e de mercado, como por exemplo o aumento na taxa de câmbio e nos preços de metal, dentre outros desenvolvimentos atuais. A Administração manterá o monitoramento tempestivo dos créditos e, a qualquer tempo mediante estimativas de realização de lucros tributáveis, os valores provisionados para perda serão revertidos a favor da Companhia. No Brasil, a compensação dos prejuízos fiscais não possui prazo prescricional, estando apenas limitadas a 30% dos lucros tributáveis anuais.

- b) Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui registrados, na rubrica de “Imposto de renda diferido”, valores apurados sobre despesas não dedutíveis temporariamente na apuração do lucro tributável para fins de imposto de renda, os quais estão disponíveis para futuras compensações com o referido imposto.
- c) A realização do imposto de renda diferido sobre ajuste de avaliação patrimonial se dá na proporção da realização da reserva.

Adicionalmente, com base no estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, foram consideradas diversas premissas financeiras e de negócios, tais como a otimização da capacidade instalada diluindo os custos fixos e otimizando a geração de caixa, aumento do volume de vendas principalmente através das exportações, gerenciamento tempestivo focando a redução do ciclo de conversão de caixa através de ações de alfandegamento, redução dos prazos de recebíveis, de forma a não aumentar a necessidade de capital de giro. A Companhia permanece com uma política conservadora de administração de caixa em complemento à estratégia de uma maior utilização dos ativos operacionais, bem como a racionalização de custos e despesas.

A projeção de realização dos impostos diferidos, foi preparada com base nas melhores estimativas da Administração e nas projeções de resultados aprovados pelos órgãos de governança corporativa da Companhia. Todavia, por envolverem diversas premissas que não estão sob o controle da Companhia, como índices de inflação, volatilidade do câmbio, preços praticados no mercado internacional e demais incertezas econômicas do Brasil, os resultados futuros podem divergir materialmente daqueles considerados na preparação desta projeção.

A Companhia e suas controladas estimam recuperar os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais no prazo de até 10 anos.

	Consolidado
2021.....	3.582
2022.....	2.002
2023.....	5.034
2024.....	6.468
2025 até 2029.....	106.492
	123.578

A Companhia tem isenção de 75% do imposto de renda e dos adicionais não restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração decorrente da produção de cobre e seus subprodutos, até o período-base de 2027. Essa isenção é aplicada no saldo do imposto de renda a pagar após as compensações do prejuízo fiscal, conforme descrito no item a.

Os benefícios de Imposto de Renda da Companhia estão condicionados à constituição de Reserva de Capital pelo montante equivalente ao imposto não recolhido. As Reservas de Incentivos Fiscais constituídas somente poderão ser utilizadas para aumentar o capital ou absorver prejuízos.

26.2 Conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de Imposto de Renda na Controladora, e Imposto de Renda e Contribuição Social no Consolidado, registrada na demonstração do resultado, está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro(prejuízo)antes do imposto de renda e contrib. social	185.218	(447.877)	186.494	(443.964)
Alíquota fiscal nominal combinada	25%	25%	25% e 34%	25% e 34%
Imposto de renda sobre lucro	46.305	-	47.583	1.330
Adições permanentes	(21.810)	(10.277)	(21.810)	(10.263)
Realização de reserva de reavaliação (depreciação/baixa)	3.002	3.675	3.002	3.675
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.144)	(4.702)	(1.225)	(6.085)
Provisão (Reversão) para demandas judiciais	4.438	(3.012)	4.438	(3.012)
Outras provisões dedutíveis	9.203	(3.665)	8.021	(4.151)
Variação cambial líquida (regime caixa)	(8.916)	45.256	(8.916)	45.256
Patrimônio líquido negativo	(638)	687	(638)	687
Compensação de prejuízos fiscais de anos anteriores	(9.132)	-	(9.136)	-
Isenção de lucro da exploração	(20.772)	-	(20.772)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre				
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	(213.554)	90.611	(214.841)	87.223
Imposto de renda diferido sobre reserva de reavaliação	2.725	5.931	2.725	5.931
Crédito de imposto de renda	(210.293)	124.504	(211.569)	120.591
Imposto de renda do período corrente	-	-	(5)	(1.041)
Contribuição social do período corrente	-	-	(3)	(383)
Impostos correntes	-	-	(8)	(1.424)
Imposto de renda diferido	(213.018)	118.573	(213.951)	116.743
Contribuição social diferida	-	-	(335)	(659)
Imposto de renda diferido sobre reserva de reavaliação	2.725	5.931	2.725	5.931
Impostos Diferidos	(210.293)	124.504	(211.561)	122.015
Crédito de IR e CS	(210.293)	124.504	(211.569)	120.591
Taxa efetiva total	-113,54%	-27,80%	-113,45%	-27,16%
Taxa efetiva corrente	0,00%	0,00%	0,00%	0,32%

27. Segmentos operacionais

A Companhia atua somente no segmento de cobre, que compreende a produção e comercialização de cobre eletrolítico, seus subprodutos e serviços correlatos, bem como semielaborados de cobre e suas ligas.

28. Instrumentos financeiros

28.1 Política de gestão de riscos de mercado

A Companhia reconhece que certos riscos de mercado, como variação do preço de *commodities*, taxa de câmbio e taxas de juros, são inerentes ao seu negócio. Entretanto, a política da Companhia é evitar riscos desnecessários e garantir que as exposições do negócio ao risco que tenham sido identificadas, medidas e que sejam passíveis de serem controladas sejam minimizadas, usando os métodos mais efetivos e eficientes para eliminar, reduzir ou transferir tais exposições.

O Conselho de Administração conta com o Comitê de Finanças, Riscos e Contingências para assistir ao estabelecimento de políticas de gestão de risco de mercado e garantir que os procedimentos apropriados estejam em vigor, para que todas as exposições ao risco incorridas pela Companhia estejam identificadas e avaliadas. Além disso, o referido Comitê monitora para que essas exposições estejam dentro dos limites estabelecidos. Os riscos de negócio identificados incluem:

- Risco de taxas de juros inerentes às dívidas da Companhia.
- Risco cambial e risco de preços de *commodities* decorrentes das matérias primas e produtos vendidos, transações projetadas e compromissos firmes.
- Risco cambial decorrente de ativos e passivos como: aplicações no exterior e empréstimos, estoques vinculados a *commodities* cujos preços são denominados em moeda estrangeira, entre outros.
- Risco de base (*Basis Risk*) decorrentes de diferenças temporais, de volume, e de indexadores que porventura podem ocorrer entre a contratação e liquidação do instrumento e o objeto de *hedge*.

A política de gestão de riscos de mercado permite que a Companhia utilize instrumentos financeiros derivativos aprovados com o objetivo de minimizar a exposição a riscos de mercado: Câmbio, *Commodities* e Taxas de Juros.

Instrumentos derivativos são somente utilizados para fins de “*Hedge*” uma vez que limitam as exposições financeiras associadas aos riscos identificados em determinados passivos e ativos da Companhia. A utilização de derivativos não é automática, nem é necessariamente a única resposta para a gestão de risco do negócio. A utilização é permitida somente após verificar que o derivativo escolhido possa delimitar os riscos identificados dentro dos níveis de tolerância estabelecidos pela política.

A Companhia realiza operações de *hedge* com instrumentos financeiros derivativos ou não derivativos e enquadra essas transações nas regras de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) tais como definidas pela Deliberação CVM nº 763 (CPC 48). Nem todas as operações de *hedge* com derivativos são contabilizadas em aplicação das regras de contabilidade de *hedge*.

28.2 Metodologias de valor justo

Os instrumentos financeiros de derivativos são avaliados a valor justo e devidamente reconhecidos contabilmente em contas patrimoniais. A metodologia de avaliação a valor justo envolve parâmetros verificáveis, extraídos dos mercados futuros da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (Cupom Cambial e Pré), LME (cobre, zinco, estanho e chumbo) e LBMA (ouro e prata), *British Banker's Association* (*Libor*) e Bloomberg (dólar norte americano à vista - *Spot*).

A apuração do valor de mercado dos derivativos de câmbio pela Companhia consiste em calcular o valor futuro de acordo com as condições contratuais e trazer a valor presente pelas curvas de mercado (Pré e cupom cambial) e preços divulgados na Bloomberg e B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Os ajustes dos derivativos embutidos são feitos pela média dos preços futuros, baseados nas curvas divulgadas na LME e LBMA.

28.3 Derivativos embutidos

Cláusulas de ajuste dos preços de matérias primas, tais como o cobre, incluídas em contratos não canceláveis de compra de produtos, que são baseadas em preços de mercado para uma data subsequente à data de embarque ou entrega, são considerados derivativos embutidos, que requerem segregação e contabilização em separado. Isto se dá porque, de acordo com o CPC 48, ajustes dos fluxos de caixa de pagamentos indexados a preços de matérias primas (como o cobre, por exemplo) embutidos em passivos financeiros não estão intimamente relacionados com o instrumento principal, uma vez que os riscos inerentes ao contrato principal e ao derivativo embutido não são semelhantes. Um derivativo embutido, que é bifurcado do seu contrato hospede e é contabilizado em separado ao valor justo por meio do resultado, como qualquer outro instrumento derivativo, pode ser designado como instrumento de *hedge* numa relação de contabilidade de *hedge*, tal como um *hedge* de valor justo de estoques de cobre.

Contratos de compra de concentrado de cobre geralmente inclui um preço provisório na data do embarque, com o preço final baseado na média mensal do preço do cobre na LME para um período futuro determinado. Este período normalmente varia entre 30 e 120 dias após a data de embarque ou faturamento. Tal compra de concentrado com preço provisório contém um derivativo embutido, o qual é requerido que seja separado do contrato principal e contabilizado como derivativo por separado no resultado.

28.4 Classificação dos instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são classificados em duas categorias de mensuração: ativos e passivos ao valor justo por meio do resultado ou ao custo amortizado.

A classificação dos ativos e passivos financeiros é demonstrada nas tabelas a seguir:

				Controladora	
				Valor Contábil	Valor Justo
	Notas	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	2019	2019
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	05	-	102.266	102.266	102.266
Aplicações financeiras	05	-	19.943	19.943	19.943
Contas a receber de clientes	06	-	215.758	215.758	215.758
Instr Financeiros - Hedge Accounting	28	4.756	-	4.756	4.756
Instr Financeiros - Demais Derivativos	28	11.914	-	11.914	11.914
Total dos ativos		16.670	337.967	354.637	354.637
Passivos financeiros					
Fornecedores	13	-	494.347	494.347	494.347
Operações com Forfait e Cartas de Crédito	14	-	85.641	85.641	85.641
Passivos relacionados a contratos de clientes	20	-	10.980	10.980	10.980
Créditos de Clientes	20	-	1.001	1.001	1.001
Empréstimos e financiamentos	16	-	2.210.885	2.210.885	2.210.885
Instr Financeiros - Hedge Accounting	28	18.448	-	18.448	18.448
Instr Financeiros - Demais Derivativos	28	30.933	-	30.933	30.933
Total dos passivos		49.381	2.802.854	2.852.235	2.852.235

				Controladora	
				Valor Contábil	Valor Justo
	Notas	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	2018	2018
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	05	-	201.571	201.571	201.571
Aplicações financeiras	05	-	44.788	44.788	44.788
Contas a receber de clientes	06	-	771.710	771.710	771.710
Instr Financeiros - Hedge Accounting	28	25.793	-	25.793	25.793
Instr Financeiros - Demais Derivativos	28	103.520	-	103.520	103.520
Total dos ativos		129.313	1.018.069	1.147.382	1.147.382
Passivos financeiros					
Fornecedores	13	-	1.308.257	1.308.257	1.308.257
Operações com Forfait e Cartas de Crédito	14	-	66.914	66.914	66.914
Passivos relacionados a contratos de clientes	20	-	192.515	192.515	192.515
Créditos de Clientes	20	-	1.709	1.709	1.709
Empréstimos e financiamentos	16	-	2.148.913	2.148.913	2.148.913
Instr Financeiros - Hedge Accounting	28	10.367	-	10.367	10.367
Instr Financeiros - Demais Derivativos	28	16.082	-	16.082	16.082
Total dos passivos		26.449	3.718.308	3.744.757	3.744.757

				Consolidado	
				Valor Contabil	Valor Justo
	Notas	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	2019	2019
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	05	-	118.036	118.036	118.036
Aplicações financeiras	05	-	25.029	25.029	25.029
Contas a receber de clientes	06	-	203.616	203.616	203.616
Instr Financeiros - Hedge Accouting	28	4.756	-	4.756	4.756
Instr Financeiros - Demais Derivativos	28	11.914	-	11.914	11.914
Total dos ativos		16.670	346.681	363.351	363.351
Passivos financeiros					
Fornecedores	13	-	495.575	495.575	495.575
Operações com Forfait e Cartas de Crédito	14	-	85.641	85.641	85.641
Passivos relacionados a contratos de clientes	20	-	11.097	11.097	11.097
Créditos de Clientes	20	-	345	345	345
Empréstimos e financiamentos	16	-	2.210.885	2.210.885	2.210.885
Instr Financeiros - Hedge Accouting	28	18.448	-	18.448	18.448
Instr Financeiros - Demais Derivativos	28	30.933	-	30.933	30.933
Total dos passivos		49.381	2.803.543	2.852.924	2.852.924

				Consolidado	
				Valor Contabil	Valor Justo
	Notas	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	2018	2018
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	05	-	216.668	216.668	216.668
Aplicações financeiras	05	-	45.556	45.556	45.556
Contas a receber de clientes	06	-	666.685	666.685	666.685
Instr Financeiros - Hedge Accouting	28	25.793	-	25.793	25.793
Instr Financeiros - Demais Derivativos	28	103.520	-	103.520	103.520
Total dos ativos		129.313	928.909	1.058.222	1.058.222
Passivos financeiros					
Fornecedores	13	-	1.257.987	1.257.987	1.257.987
Operações com Forfait e Cartas de Crédito	14	-	66.914	66.914	66.914
Passivos relacionados a contratos de clientes	20	-	193.122	193.122	193.122
Créditos de Clientes	20	-	2.034	2.034	2.034
Empréstimos e financiamentos	16	-	2.148.913	2.148.913	2.148.913
Instr Financeiros - Hedge Accouting	28	10.367	-	10.367	10.367
Instr Financeiros - Demais Derivativos	28	16.082	-	16.082	16.082
Total dos passivos		26.449	3.668.970	3.695.419	3.695.419

Hierarquia ao valor justo

A Companhia divulga seus ativos e passivos a valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis que definem valor justo, a estrutura de mensuração do valor justo, a qual se refere a conceitos de avaliação e práticas, e requer determinadas divulgações sobre o valor justo.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1- preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos na data de mensuração. Um preço cotado em um mercado ativo apresenta a evidência mais confiável do “valor justo” e deve ser usado sempre que disponível.

Nível 2- preços cotados para ativos ou passivos similares em mercados ativos, preços cotados para ativos ou passivos idênticos em mercados que não são ativos (mercados em que há poucas transações para os ativos ou passivos), dados que não sejam preços cotados observáveis para um ativo ou passivo e dados que sejam derivados ou corroborados principalmente por dados observáveis no mercado por correlação ou outros meios.

Nível 3- são dados não observáveis para um ativo ou passivo. Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o “valor justo” quando dados observáveis não estão disponíveis e devem refletir as expectativas da própria unidade de negócio sobre o que os participantes do mercado usariam como premissas para precificar um ativo ou passivo, incluindo premissas de risco. Nenhum instrumento financeiro detido tem as características da categoria de Nível 3.

Abaixo apresentamos ativos e passivos da controladora e do consolidado, mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018:

		Controladora				Consolidado		
	Notas	Nível 1	Nível 2	2019	Nível 1	Nível 2	2019	
Ativos financeiros								
Instr Financeiros - Hedge Accounting	28	-	4.756	4.756	-	4.756	4.756	
Instr Financeiros - Demais Derivativos	28	-	11.914	11.914	-	11.914	11.914	
Total dos ativos		-	16.670	16.670	-	16.670	16.670	
Passivos financeiros								
Fornecedores	13	-	494.347	494.347	-	495.575	495.575	
Operações com Forfait e Cartas de Crédito	14	-	85.641	85.641	-	85.641	85.641	
Empréstimos e financiamentos	16	2.210.885	-	2.210.885	2.210.885	-	2.210.885	
Passivos relacionados a contratos de clientes	20	-	10.980	10.980	-	11.097	11.097	
Créditos de Clientes	20	-	1.001	1.001	-	345	345	
Instr Financeiros - Hedge Accounting	28	-	18.448	18.448	-	18.448	18.448	
Instr Financeiros - Demais Derivativos	28	-	30.933	30.933	-	30.933	30.933	
Total dos passivos		2.210.885	641.350	2.852.235	2.210.885	642.039	2.852.924	

		Controladora			Consolidado		
	Notas	Nível 1	Nível 2	2018	Nível 1	Nível 2	2018
Ativos financeiros							
Instr Financeiros - Hedge Accounting	28	-	25.793	25.793	-	25.793	25.793
Instr Financeiros - Demais Derivativos	28	-	103.520	103.520	-	103.520	103.520
Total dos ativos		-	129.313	129.313	-	129.313	129.313
Passivos financeiros							
Fornecedores	13	-	1.308.257	1.308.257	-	1.257.987	1.257.987
Operações com Forfait e Cartas de Crédito	14	-	66.914	66.914	-	66.914	66.914
Empréstimos e financiamentos	16	2.148.913	-	2.148.913	2.148.913	-	2.148.913
Passivos relacionados a contratos de clientes	20	-	192.515	192.515	-	193.122	193.122
Créditos de Clientes	20	-	1.709	1.709	-	2.034	2.034
Instr Financeiros - Hedge Accounting	28	-	10.367	10.367	-	10.367	10.367
Instr Financeiros - Demais Derivativos	28	-	16.082	16.082	-	16.082	16.082
Total dos passivos		2.148.913	1.595.844	3.744.757	2.148.913	1.546.506	3.695.419

Resumo dos instrumentos financeiros derivativos consolidados

					Consolidado	
Instrumento	Posição	Indexador	Valor de Referência		Valor Justo	
			2019	2018	2019	2018
Designados para Hedge accounting						
Risco de preços de commodities						
NDF	Comprado	Cobre	5.250 tons	6.853 tons	(4.290)	10.367
Compromisso firme de vende	Vendido	Cobre	(5.250) tons	(6.853) tons	4.290	(10.367)
NDF	Vendido	Cobre	(7.150) tons	(2.000) tons	(6.630)	3.127
NDF	Comprado	Prata	- Oz	(76.072) Oz	-	121
NDF	Vendido	Zinco/Estanho/Chumbo	(865) tons	(1.775) tons	460	819
Derivativo embutido	Vendido	Cobre	(4.676) tons	(12.396) tons	(7.522)	8.932
Derivativo embutido	Vendido	Ouro	(180) Oz	(14.607) Oz	(6)	1.921
Derivativo embutido	Vendido	Prata	(22.076) Oz	(268.060) Oz	6	506
Total					(13.692)	15.426
Total derivativos designados para hedge accounting					(13.692)	15.426
Não designados para Hedge accounting						
Risco de preços de commodities						
Compromisso firme de vende	Comprado	Cobre	- tons	- tons	(97)	(1.744)
Fluxo de Caixa -Custo	Vendido	Cobre	(7.375) tons	4.196 tons	(3.854)	(1.259)
NDF	Comprado	Cobre	3.300 tons	(213) tons	6.568	(4.634)
NDF	Vendido	Ouro	(12.160) Oz	4.285 Oz	(3.491)	(510)
NDF	Vendido	Prata	(133.815) Oz	(207.816) Oz	(1.023)	(1.263)
NDF	Comprado	Zinco/Estanho/Chumbo	- tons	- tons	(136)	(245)
Derivativo embutido	Comprado	Cobre/Ouro/Prata	- tons	- tons	(15.865)	99.498
Total					(17.898)	89.843
Hedge Econômico - Variação Cambial US\$ / BRL						
MTM Opções			- US\$	- US\$	-	(1.984)
MTM NDF	Vendido	USD/BRL	(18.000) US\$	(39.000) US\$	(1.121)	(682)
Futuros BM&F	Vendido	US\$ Futuro	- US\$	(10.750) US\$	-	137
Total					(1.121)	(2.529)
Risco de taxa de Juros						
Swap	Comprado	LIBOR 3M/6M + VC	- US\$	3.301 US\$	-	12.768
Swap	Comprado	Pré + VC	- US\$	(3.301) US\$	-	(12.644)
Total					-	124
Total demais derivativos					(19.019)	87.438
Total					(32.711)	102.864
Ativo Circulante					16.670	129.313
Passivo Circulante					(49.381)	(26.449)

28.5 Riscos de mercado

28.5.1 Risco cambial

A Companhia possui ativos e passivos, assim como operações futuras que envolverão receitas e custos todos denominados ou indexados em moeda estrangeira que não é a moeda funcional da Companhia.

A Política estabelece que a gestão de riscos tenha como objetivo a proteção contra o risco cambial do fluxo projetado denominado em moeda estrangeira por meio do uso de operações de balcão (NDF - *Non Deliverable Forward*), futuros de bolsa, *zero cost collar* e instrumentos financeiros não derivativos (passivos indexados ao dólar).

O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

A exposição em moeda estrangeira está demonstrada no quadro a seguir:

		Controladora / Consolidado	
	Posição	2019 US\$	2018 US\$
Objeto			
Receita Prêmio Projetada	Comprado	1.341.604	1.450.783
Estoques	Comprado	118.950	268.077
Instrumento financeiro designados para hedge accounting			
NDF - Receita	Vendido	(128.636)	(232.883)
Empréstimos e financiamentos	Vendido	(790.135)	(857.179)
Fornecedores	Vendido	(541.783)	(628.798)
Derivativos não designados para hedge accounting			
NDF (USD/BRL)	Vendido	(8.000)	(50.000)
Opção Call (USD/BRL)	Comprado	-	(15.000)
Opção Put (USD/BRL)	Comprado	-	15.000
Futuro (Pré x USD)	Comprado	-	11.000
Ativos/Passivos não designados para hedge accounting			
Empréstimos e financiamentos	Vendido	(398.548)	(337.297)
Exposição líquida total		(406.548)	(376.297)

28.5.2 Risco de taxas de juros

A Companhia possui exposições pós-fixadas a Libor, CDI, TJLP e Taxa de Juros Resolução 635/87 decorrentes de aplicações e empréstimos. O risco de Libor concentra-se nas operações de *Trade Finance*, para as quais foram feitas operações de Libor contra Taxa Fixa para a sua proteção.

A exposição às taxas de juros está demonstrada no quadro a seguir:

		Controladora/Consolidado	
		2019	2018
Designados para Hedge accounting			
Empréstimos e financiamentos	LIBOR	(1.196.187)	(1.284.096)
Derivativos - Swap	LIBOR	-	6.396
		(1.196.187)	(1.277.700)
Não designados para Hedge accounting			
Empréstimos e financiamentos	TJLP	(1.211)	(6.798)
		(1.211)	(6.798)
Empréstimos e financiamentos	T.Juros Res.635/87	-	(2.939)
		-	(2.939)
Aplicações	PRÉ	24.045	94.897
Empréstimos e financiamentos	PRÉ	(44.721)	(73.231)
		(20.676)	21.666

28.5.3 Risco de commodities

A Paranapanema, em suas atividades de negócio, adquire matéria-prima e vende produtos, ambos referenciados às quantidades de metais neles contidos e às cotações desses metais nas bolsas internacionais (*London Metal Exchange* e *London Bullion Market Association*).

A origem do risco de *commodities* é o descasamento entre os preços de venda e de compra dos metais contidos nos produtos e matérias primas.

A Política estabelece que a exposição ao risco de *commodities* de cada metal seja dada pelo descasamento entre a quantidade desse metal já precificada para a compra e a quantidade desse metal já precificada para a venda, e estabelece limites de exposição ao risco.

O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

Por conta desta exposição, a Companhia tem por estratégia manter os custos em dólares dos metais em estoque flutuando com o preço do metal no mercado, e somente travá-los quando ocorrer a venda do metal e seu preço for conhecido.

				Controladora/Consolidado	
Cobre	Posição	2019		2018	
		Valor Referência	Exposição	Valor Referência	Exposição
Ativos, líquido	Comprado	40.602 tons	1.007.452	48.425 tons	1.119.252
Designados para Hedge accounting					
Derivativo embutido	Vendido	(23.376) tons	(580.040)	(37.393) tons	(853.364)
Compromissos Firmes	Vendido	(4.918) tons	(122.025)	(7.451) tons	(172.214)
NDF	Vendido	(5.975) tons	(148.258)	8.823 tons	203.923
Não designados para Hedge accounting					
Derivativo embutido	Comprado	- tons	-	(17) tons	(393)
Compromissos Firmes	Vendido	(8.472) tons	(210.203)	(17.033) tons	(393.685)
Exposição líquida total		(2.139) tons	(53.074)	(4.646) tons	(96.481)

				Controladora/Consolidado	
Ouro	Posição	2019		2018	
		Valor Referência	Exposição	Valor Referência	Exposição
Ativos, líquido	Comprado	2.246 Oz	13.790	35.511 Oz	176.172
Designados para Hedge accounting					
Derivativo embutido	Vendido	(180) Oz	(1.107)	(22.271) Oz	(110.485)
Não designados para Hedge accounting					
Derivativo embutido	Comprado	- Oz	-	5.671 Oz	28.136
Compromissos Firmes	Comprado	4.832 Oz	29.660	65 Oz	325
NDF	Vendido	(12.160) Oz	(74.647)	4.059 Oz	20.136
Exposição líquida total		(5.262) Oz	(32.304)	23.035 Oz	114.284

				Controladora/Consolidado	
Prata	Posição	2019		2018	
		Valor Referência	Exposição	Valor Referência	Exposição
Ativos, líquido	Comprado	114.173 Oz	8.304	509.333 Oz	30.521
Designados para Hedge accounting					
Derivativo embutido	Vendido	(22.076) Oz	(1.606)	(150.013) Oz	(8.989)
NDF	Comprado	- Oz	-	(76.072) Oz	(4.559)
Não designados para Hedge accounting					
Compromissos Firmes	Comprado	27.679 Oz	2.013	14.536 Oz	871
NDF	Vendido	(133.815) Oz	(9.733)	(209.473) Oz	(12.552)
Exposição líquida total		(14.039) Oz	(1.022)	88.311 Oz	5.292

				Controladora/Consolidado	
Outros	Posição	2019		2018	
		Valor Referência	Exposição	Valor Referência	Exposição
Ativos, líquido	Comprado	724 tons	7.939	1.496 tons	18.277
Designados para Hedge accounting					
NDF	Comprado	735 tons	5.386	(1.513) tons	(17.914)
Não designados para Hedge accounting					
Compromissos Firmes	Vendido	(78) tons	(771)	(78) tons	(813)
NDF	Vendido	(1.600) tons	(14.788)	(31) tons	(612)
Exposição líquida total		(219) tons	(2.234)	(126) tons	(1.062)

28.5.4 Análise de sensibilidades

De forma a medir o impacto no resultado e no patrimônio líquido decorrente de variações dos dados de mercado na Companhia, foram efetuados cenários de choque em relação às taxas vigentes em 31 de dezembro de 2019, quadro a seguir. Conforme previsão da Instrução CVM nº 475/08, a Companhia conduziu análise de sensibilidade utilizando o cenário provável, de baixa e de alta de 25% e 50%.

O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

							Controladora/Consolidado	
	Nocional	Unidade	Fatores de Risco	Cenário Provável	Cenário Baixa 25% 50%		Cenário Alta 25% 50%	
Impacto no resultado								
Risco Cambial								
Objeto de hedge								
Receita Prêmio Projetada	1.341.604	US\$	US\$	5.407.603	(1.351.901)	(2.703.802)	1.351.901	2.703.802
Estoques	118.950	US\$	US\$	479.452	(119.863)	(239.726)	119.863	239.726
Instrumento de hedge								
NDF - Hedge de fluxo de caixa	(128.636)	US\$	US\$	(69.206)	129.623	259.247	(129.623)	(259.247)
Fornecedores	(541.783)	US\$	US\$	(424.584)	545.941	1.091.882	(545.941)	(1.091.882)
Empréstimos	(790.135)	US\$	US\$	(399.105)	796.199	1.592.399	(796.199)	(1.592.399)
Demais instrumentos não derivativos								
Passivos	(398.548)	US\$	US\$	(1.606.427)	401.607	803.214	(401.607)	(803.214)
Demais derivativos								
NDF (US\$/R\$)	(8.000)	US\$	US\$	363	(7.666)	(15.695)	7.666	15.695
Total	(406.548)			3.388.096	393.941	787.518	(393.941)	(787.518)
Risco de taxa de juros								
Objeto de hedge								
Passivos	(296.772)	US\$	LIBOR	(1.424.647)	7.502	20.557	(18.607)	(31.662)
Demais instrumentos não derivativos								
Passivos	(1.211)	R\$	TJLP	(1.365)	9	18	(9)	(18)
Ativos	24.045	R\$	PRÉ	24.045	(65)	(142)	88	165
Passivos	(44.721)	R\$	PRÉ	(44.917)	(870)	(586)	(1.421)	(1.688)
Total	(318.659)			(1.446.884)	6.576	19.847	(19.949)	(33.203)
Risco de preço de commodities								
Instrumento de hedge								
NDF (Cobre) - Hedge de Valor Justo	(4.918) tons		Cobre	(122.025)	30.506	61.013	(30.506)	(61.013)
NDF (Cobre) - Hedge de Valor Justo Estoque	(5.975) tons		Cobre	(148.258)	37.065	74.129	(37.065)	(74.129)
Deriv. Embutido (Cobre) - Hedge de Valor Justo	(23.376) tons		Cobre	(580.040)	145.010	290.020	(145.010)	(290.020)
Total	(34.269)			(850.323)	212.581	425.162	(212.581)	(425.162)
Não designados para hedge accounting								
NDF	(12.160)	Oz	Ouro	(74.647)	18.662	37.324	(18.662)	(37.324)
Instrumento de hedge								
Derivativo embutido	(180)	Oz	Ouro	(1.107)	277	554	(277)	(554)
Total	(12.340)			(75.754)	18.939	37.878	(18.939)	(37.878)
Não designados para hedge accounting								
NDF	(133.815)	Oz	Prata	(9.733)	2.433	4.867	(2.433)	(4.867)
Instrumento de hedge								
Derivativo embutido	(22.076)	Oz	Prata	(1.606)	402	803	(402)	(803)
Total	(155.891)			(11.339)	2.835	5.670	(2.835)	(5.670)
Instrumento de hedge								
NDF (Zinco, Chumbo e Estanho)	735 tons		Outros Metais	5.386	(1.347)	(2.693)	1.347	2.693
Não designados para hedge accounting								
NDF	(1.600) tons		Outros Metais	(14.788)	3.697	7.394	(3.697)	(7.394)
Total	(865)			(9.402)	2.350	4.701	(2.350)	(4.701)
Premissas								
Taxa câmbio	Ptax - USD/BRL			4,0307	3,0230	2,0154	5,0384	6,0461
Preço Cobre	Official Price Cash LME			\$6.156	\$4.617	\$3.078	\$7.695	\$9.234
Preço Ouro	Official Price Cash LBMA			\$1.523	\$1.142	\$762	\$1.904	\$2.285
Preço Prata	Official Price Cash LBMA			\$18	\$14	\$9	\$23	\$27
Preço Zinco	Official Price Cash LME			\$2.293	\$1.720	\$1.147	\$2.866	\$3.440
Preço Estanho	Official Price Cash LME			\$16.850	\$12.638	\$8.425	\$21.063	\$25.275
Preço Chumbo	Official Price Cash LME			\$1.924	\$1.443	\$962	\$2.404	\$2.885

28.6 Contabilidade de *hedge*

A Paranapanema adotou os seguintes programas de *hedge accounting*:

28.6.1 *Hedge* de Fluxo de Caixa de Receitas em dólares norte-americanos

O objetivo do programa é garantir que um percentual da receita equivalente ao prêmio das vendas indexadas ao dólar não seja impactado com variação cambial. A combinação do derivativo e da receita irá resultar numa entrada de fluxo de caixa fixa/constante baseada na taxa do dólar norte-americano, garantida pelo instrumento financeiro derivativo.

O objeto de *hedge* é um percentual das receitas, equivalente aos prêmios futuros altamente prováveis, indexadas ao dólar norte-americano. O instrumento de *hedge* contratado para este programa são contratos a termo de moeda (NDF - *Non Deliverable Forward*) de USD/BRL. Além de instrumentos derivativos, a Companhia também utiliza, conforme autorizado pela Deliberação CVM nº 604/09, as variações das taxas de câmbio de instrumentos financeiros não derivativos como Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC), Pré-pagamento de Exportação (PPE) e contratos de dívidas em dólares para mitigar o risco cambial decorrente de suas vendas futuras altamente prováveis em moeda estrangeira. Este programa foi implementado a partir de novembro de 2013 para os instrumentos de ACC e PPE e a partir de dezembro de 2013 para as demais dívidas como instrumento de *hedge*.

A variação cambial das dívidas é transferida para a conta de Ajuste de Valor Patrimonial e debitada da conta de Empréstimos e Financiamentos, quando o ajuste for favorável à Companhia. Caso contrário, é creditada na conta de Empréstimos e Financiamentos e debitada na conta de Ajuste de Valor Patrimonial. O saldo apurado na conta de Ajuste de Valor Patrimonial é transferido para o Resultado Operacional da Companhia somente no momento em que o objeto de *hedge* (neste caso o percentual da receita equivalente ao prêmio futuro) for realizado.

Com base no CPC 48, os instrumentos de *hedge* poderão ser rolados até o mês esperado para realização das receitas que contenham o percentual relativo a prêmios. O mês de realização é definido no momento da designação da relação de *hedge*.

28.6.2 *Hedge* de Valor Justo de Compromissos Firmes de Venda

O objetivo do *hedge* de Compromisso Firme de Venda é proteger o valor justo, em dólares norte-americanos (USD), do preço do cobre fixado nas vendas contra movimentos desfavoráveis do preço do cobre cotado na London Metal Exchange (LME).

O objeto de *hedge* são vendas futuras de cobre em dólares americanos (USD) com preço pré-fixado para clientes nos compromissos firmes de venda. Os instrumentos de *hedge* são derivativos de cobre com cotação na London Metal Exchange (LME).

A marcação a mercado dos contratos de derivativos designados para o *hedge* é contabilizada no Resultado Operacional, assim como os compromissos firmes de venda. A conta de Derivativos a Receber é debitada contra o Resultado Operacional quando o ajuste for favorável à Companhia e é creditada contra o resultado operacional quando o ajuste for desfavorável à Companhia.

28.6.3 *Hedge* de Valor Justo de Estoques

O objetivo do *hedge* de Valor Justo de Estoques visa proteger o seu componente de custo mais relevante que é a porção metal (cobre, zinco, chumbo, estanho, ouro e prata) dos estoques, mantendo-os a mercado (preço do metal em reais) até que a venda seja realizada. Os custos de transformação dos metais (mão de obra e insumos) não são representativos frente ao custo total do estoque e são denominados em reais, portanto, não são objetos de *hedge* de preço de metal ou de câmbio.

Os instrumentos de *hedge* de preço de metal são derivativos embutidos nos contratos de fornecimento de concentrado de cobre, que foram bifurcados dos contratos. Este programa foi implementado a partir de dezembro de 2013. Em 1 de março de 2014 foi implementado o *hedge* de valor justo de estoques utilizando derivativos em bolsa como instrumento de *hedge*, que protege a variação dos preços médios mensais à vista. Em 1 de maio de 2014 foi implementada mesma estratégia com derivativos em bolsa para os metais zinco, chumbo e estanho. Em 01 de junho de 2014 foi implementada mesma estratégia com derivativos em bolsa para ouro e prata. Em 1 de Janeiro de 2016 foi iniciada a marcação a mercado dos preços dos metais em reais via designação de instrumentos financeiros como *hedge* de câmbio.

Os efeitos da marcação a mercado dos instrumentos derivativos de valor justo de estoque são objeto de teste de efetividade retrospectivo e prospectivo respeitando os limites de 80% - 125% de efetividade para manter a relação de *hedge*. Sendo a porção inefetiva é registrada diretamente no resultado.

A marcação a mercado dos contratos de derivativos embutidos, em bolsa e instrumentos financeiros, é contabilizada no estoque assim como o objeto de *hedge*, que é o Estoque de metal contido. A conta de Derivativos a Receber é debitada contra o Resultado Operacional quando o ajuste for favorável à Companhia e é creditada contra o Resultado Operacional quando o ajuste for desfavorável à Companhia.

28.6.4 *Hedge* de Fluxo de Caixa de custo de metais

O objetivo do *hedge* é proteger o custo de cobre dos produtos vendidos para um determinado mês de venda, ajustando o custo dos produtos vendidos, por referências de preços idênticas ou próximas às referências de preços de cobre em dólar norte-americano, às receitas com a venda de cobre. Este *hedge*, em conjunto com o programa de *hedge* de valor justo do estoque, permite que o custo do metal no CPV seja similar ao preço do metal da receita.

O objeto de *hedge* é o custo de cobre nos produtos vendidos para um determinado mês de venda. Os instrumentos de *hedge* são contratos futuros de cobre que têm como objetivo trocar referências de preços médios de cobre. Este programa foi implementado a partir de abril de 2014.

A marcação a mercado dos contratos de derivativos designados para *hedge* é contabilizada na conta de Ajuste de Valor Patrimonial e debitada da conta de Derivativos a Receber quando o ajuste for favorável à Companhia. Caso contrário, é creditada na conta de Derivativos a Pagar e debitada na conta de Ajuste de Valor Patrimonial. O saldo apurado na conta de Ajuste de Valor Patrimonial é transferido para o Resultado Operacional da Companhia somente no momento que o objeto de *hedge* for realizado.

Em conformidade com os requerimentos de documentação que estão definidos no IFRS 09, a Companhia efetuou a designação formal de suas operações de *hedge* sujeitas à contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) documentando:

- i. O relacionamento do *hedge*;
- ii. O objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco da Companhia em fazer o *hedge*;
- iii. A identificação do instrumento de *hedge* (instrumento financeiro derivativo ou não derivativo);
- iv. O objeto de *hedge* ou posição protegida;
- v. A natureza do risco a ser coberto;
- vi. A descrição da relação de cobertura;
- vii. A demonstração da correlação entre o instrumento de *hedge* e o objeto de *hedge* quando aplicável;
- viii. A demonstração prospectiva e retrospectiva da efetividade do *hedge*.

As transações para as quais a Paranapanema fez a designação como *hedges* de fluxo de caixa são altamente prováveis. O diferimento dos ganhos e perdas não realizados dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos designados para proteção de riscos cambiais e taxas de juros foram feitos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

Controladora/Consolidado						
Instrumento	Objeto	Indexador	Vencimentos		Referência	Valor de
2019						
<u>Hedge de Fluxo de Caixa</u>						
Derivativos - designados						Instrumento
NDF - Encerrados	Receita em USD	USD	jan-19	a dez-19	(109.179) US\$	(47.140)
NDF - Provisão	Receita em USD	USD	jan-20	a dez -21	(128.636) US\$	(82.036)
NDF - Encerrados	Custo	Cobre	jan-19	a dez-19	22.957 tons	-
NDF - Provisão	Custo	Cobre	jan-20		3.567 tons	321
Não derivativos - designados						
ACC/PPE - Provisão	Receita em USD	USD	jan-20	a dez -30	(671.185) US\$	(436.335)
Demais dívidas - Provisão	Receita em USD	USD	jan-20	a nov -36	(541.783) US\$	(424.584)
<u>Hedge de Valor Justo</u>						
Derivativos						
NDF - Encerrados	Compromisso de venda	Cobre	jan-19	a dez-19	8.438 tons	(9.197)
NDF - Provisão	Compromisso de venda	Cobre	jan-20	a out-20	5.250 tons	(4.290)
Derivativos Embutidos	Estoques	Cobre	jan-19	a dez-19	112.187 tons	(7.633)
Derivativos Embutidos	Estoques	Cobre	jan-20	a mar-20	4.676 tons	(7.522)
Derivativos Embutidos	Estoques	Ouro	jan-19	a dez-19	48.977 Oz	(7.061)
Derivativos Embutidos	Estoques	Ouro	jan-20	a mar-20	180 Oz	(6)
Derivativos Embutidos	Estoques	Prata	jan-19	a dez-19	1.363.366 Oz	(1.288)
Derivativos Embutidos	Estoques	Prata	jan-20	a mar-20	22.076 Oz	6
NDF - Encerrados	Estoques	Cobre	jan-19	a dez-19	69.894 tons	(3.683)
NDF - Provisão	Estoques	Cobre	jan-20	a mar-20	7.150 tons	(6.630)
NDF - Encerrados	Estoques	Zinco	jan-19	a dez-19	8.250 tons	446
NDF - Provisão	Estoques	Zinco	jan-20	a mar-20	800 tons	512
NDF - Encerrados	Estoques	Chumbo	jan-19	a dez-19	290 tons	9
NDF - Provisão	Estoques	Chumbo	jan-20	a mar-20	40 tons	21
NDF - Encerrados	Estoques	Estanho	jan-19	a dez-19	450 tons	(412)
NDF - Provisão	Estoques	Estanho	jan-20	a mar-20	25 tons	(73)
NDF - Encerrados	Estoques	Ouro	jan-19	a dez-19	71.539 Oz	(8.518)
NDF - Encerrados	Estoques	Prata	jan-19	a dez-19	973.547 Oz	(648)

(*) Derivativos designados como hedge accounting de fluxo de caixa provisionados estão registrados no Patrimônio Líquido

	Controladora/Consolidado	
	Patrimônio Líquido	
	2019	2018
Derivativos designados para hedge accounting		
Risco de commodities	321	3.238
Risco cambial	(82.036)	(116.002)
	(81.715)	(112.764)
Não derivativos designados para hedge accounting		
Risco cambial - Operações em aberto	(860.919)	(855.561)
	(860.919)	(855.561)

28.7 Risco de crédito

A política de venda dos produtos da Companhia está ligada ao nível de risco de crédito a que a Companhia está disposta a se sujeitar.

O crédito é um importante instrumento de promoção de negócios entre a Companhia e seus clientes. Essa característica se deve ao fato de o crédito alavancar o poder de compra dos clientes.

O risco é inerente às operações de crédito, devendo a Companhia efetuar uma minuciosa análise na concessão. Esse trabalho envolve avaliações de natureza quantitativa e qualitativa do cliente, não se dispensando a análise do setor em que ele atua. Essa análise leva em conta o passado do cliente, mas constitui-se, essencialmente, na elaboração de um prognóstico sobre a sua solidez econômica - financeira atual, incluindo a forma como o cliente faz a sua gestão de risco e suas perspectivas para o futuro.

A diversificação da carteira de recebíveis, a seletividade dos clientes, assim como o acompanhamento dos prazos e do limite de crédito individual por cliente, são procedimentos adotados para minimizar os atrasos e a inadimplência do contas a receber. Além de procedimentos de verificação de capacidade de crédito, não há clientes que tenham saldos que individualmente representem mais do que 10% das receitas totais da Companhia. Desta forma, a Companhia não possui dependência em relação aos seus principais clientes.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia sempre realiza aplicações em instituições avaliadas com baixo risco por agências independentes de *rating*.

Riscos de Crédito	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Ativos					
Caixa e Equivalentes de Caixa	05	102.266	201.571	118.036	216.668
Aplicações Financeiras	05	19.943	44.788	25.029	45.556
Contas a receber de clientes	06	215.758	771.710	203.616	666.685
Outros Ativos	09	143.420	94.762	143.721	91.646
Instrumentos Financeiros Derivativos	28	16.670	129.313	16.670	129.313
		498.057	1.242.144	507.072	1.149.868

28.8 Risco de liquidez

- A política de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acesso a recursos imediatos. A Companhia possui aplicações com liquidez imediata, cujos montantes são suficientes para fazer face a eventual necessidade para liquidação junto a fornecedores, empréstimos ou financiamentos.
- O risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas, vide Nota 1.

O quadro abaixo demonstra a estimativa dos pagamentos contratuais da dívida existente em 31 de dezembro de 2019.

Os valores apresentados incluem principal e juros calculados, utilizando-se a taxa de dólares norte-americanos de conversão vigente em 31 de dezembro de 2019 (R\$4,0307/US\$1,0000) para as dívidas denominadas em dólares norte-americanos (PPE, ACC e Finimp), e as taxas de juros dos contratos vigentes.

Risco de liquidez			Consolidado			
	Notas	Valor	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 4 anos	Mais que 4 anos
Ativos						
Caixa e Equivalentes de Caixa	05	118.036	118.036	-	-	-
Aplicações Financeiras	05	25.029	11.717	13.312	-	-
Contas a receber de clientes	06	203.616	203.616	-	-	-
Outros Ativos	09	143.721	48.000	95.721	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	28	16.670	16.670	-	-	-
		507.072	398.039	109.033	-	-
Passivos						
Empréstimos e Financiamentos	16	(2.210.885)	(568.009)	(437.214)	(943.109)	(262.553)
Passivos relacionados a contratos de clientes	20	(11.097)	(11.097)	-	-	-
Créditos de Clientes	20	(345)	(345)	-	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	28	(49.381)	(49.381)	-	-	-
Fornecedores	13	(495.575)	(495.498)	(77)	-	-
Operações com Forfait e Cartas de Crédito	14	(85.641)	(85.641)	-	-	-
		(2.852.924)	(1.209.971)	(437.291)	(943.109)	(262.553)
Posição Líquida		(2.345.852)	(811.932)	(328.258)	(943.109)	(262.553)

28.9 Valor contábil / valor justo

A Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil em operações de curto prazo, haja vista que, nessas operações, o valor contábil é uma aproximação razoável ao valor justo (CPC-40/item 29), exceto para as operações de Empréstimos e Financiamento, onde foram apurados os seus valores justos e estão demonstrados nos quadros da Nota 28.4- classificação de Instrumentos Financeiros.

28.10 Gestão do capital

O principal objetivo da gestão do capital da Paranapanema e suas Controladas é assegurar uma classificação de crédito forte (*rating*) perante as instituições e uma relação de capital adequada, a fim de embasar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia inclui, dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos, instrumentos financeiros derivativos a pagar, menos caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos a receber.

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Empréstimos e financiamentos	16	2.210.885	2.148.913	2.210.885	2.148.913
Operações com forfaiting e cartas de crédito	14	85.641	66.914	85.641	66.914
Instrumentos financeiros derivativos a pagar	28	25.988	35.346	25.988	35.381
(-) Caixa e equivalentes de caixa	05	(102.266)	(201.571)	(118.036)	(216.668)
(-) Aplicações financeiras	05	(19.943)	(44.788)	(25.029)	(45.556)
(-) Instrumentos financeiros derivativos a receber	28	(16.664)	(27.353)	(16.664)	(27.388)
(=) Dívida líquida		2.183.641	1.910.547	2.162.785	1.894.682
Inst. Fin. Derivativos Embutidos a pagar	28	23.393	(8.932)	23.393	(8.932)
(-) Inst. Fin. Derivativos Embutidos a receber	28	(6)	(101.925)	(6)	(101.925)
(=) Dívida líquida c/ Derivativos Embutidos		2.207.028	1.799.690	2.186.172	1.783.825
Patrimônio líquido	21	828.230	602.497	828.230	602.497
Ajuste de avaliação patrimonial	21.h	(725.690)	(761.490)	(725.690)	(761.490)
Total Capital Próprio		1.553.920	1.363.987	1.553.920	1.363.987
Quociente de alavancagem		58,42%	58,35%	58,19%	58,14%
Quociente de alavancagem c/ Deriv. Embutidos		58,68%	56,89%	58,45%	56,67%

29. Compromissos assumidos

A Companhia tem compromisso contratual com fornecedor para os próximos anos referentes à administração, operação e manutenção da usina de gases localizada na planta industrial de Dias d'Ávila, com vencimentos até março de 2023, e não sujeita à Companhia a nenhuma restrição.

A renovação e cláusulas de reajustamento estão descritas em contrato e seguem as práticas de mercado.

As obrigações mínimas futuras a pagar desse contrato, caso não seja cancelado antes do vencimento, são as seguintes:

	Controladora/Consolidado	
	2019	2018
Até 1 Ano	8.013	7.577
de 2 a 4 anos	16.026	15.154
acima de 4 anos	2.003	9.471
	<u>26.042</u>	<u>32.202</u>

30. Seguros

A Companhia possui cobertura de seguros por montantes considerados suficientes para eventuais perdas decorrentes de sinistros, considerando a natureza de suas atividades, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2019, as importâncias seguradas e limite de cobertura contratados nos respectivos ramos de seguros eram compostos por:

Ramo	Valor em Risco Declarado	Limite Máximo Indenizável
Risco Operacional	R\$ 2.902.789	R\$ 200.000
Responsabilidade Civil Geral	R\$ 11.000	R\$ 22.000
Responsabilidade Civil Diretores e Administradores (D&O)		R\$ 65.000
Transportes (território nacional)	R\$ 15.000.000	R\$ 15.000.000
Seguro de Crédito Exportação	USD 341.000	USD 16.000
Transportes (território internacional)	USD 2.200.000	USD 2.200.000
Ações Judiciais e Financeiras		Valor Estipulado para Causa defendida
Veículos		100% do valor do veículo (Base Tabela FIPE)
Vida em Grupo		30 x salário base

31. Previdência privada

Os planos de previdência complementar instituídos pela Companhia e empresas controladas são um Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL e um Plano de Vida Gerador de Benefício Livre – VGBL, respectivamente, com administração contratada à BrasilPrev e viabilizada com as contribuições da Companhia, empresas controladas e dos empregados, cujas principais características são resumidas abaixo:

PGBL/VGBL: Depois de atendidos os pré-requisitos cumulativos de 120 meses de contribuição e 60 anos de idade, os beneficiários terão direito de resgatar 100% da poupança formada por eles e pela Companhia e suas empresas controladas, da mesma forma no caso de ocorrência de falecimento ou invalidez permanente. Em caso de desligamento da Companhia antes de se tornar elegível, o beneficiário terá direito à retirada de, no máximo, 80% do valor depositado pela Companhia, respeitando a política a qual prevê direito de 1% por mês contribuído.

Portanto, os planos não incluem benefícios de risco e, assim, não produzem passivos atuariais. No caso de opção do participante por renda vitalícia, a responsabilidade pela manutenção da reserva, conforme contrato, é da BrasilPrev.

O valor das contribuições efetuadas aos planos pela Companhia e empresas controladas no exercício foi de R\$2.252 (R\$2.152 em 2018).

32. Plano de remuneração variável

32.1 - Termos e condições gerais

a) Beneficiários:

Os Executivos da Companhia, ocupantes das posições de Diretor, Gerente ou Chefe, são elegíveis ao Programa de Remuneração Variável. Composto por Incentivo de Curto Prazo (ICP) e de Longo Prazo (ILP). O ICP e ILP estão atrelados ao conceito de metas individuais e coletivas pré-definidas, sendo que no fechamento de cada exercício avalia-se o percentual de atingimento das metas.

Até 2016, o ILP era baseado em ações, utilizando um conceito de *phantom shares*, de forma que, ao final de cada exercício, as metas atingidas no período de janeiro a dezembro eram convertidas em URVs, baseadas no desempenho, variação e valor das ações da Paranapanema (PMAM3), distribuídas em períodos denominados *vesting*. As obrigações referentes as URV's distribuídas até 2016, serão mantidas conforme as regras contidas neste parágrafo.

A partir de 2017, foi aprovado pelo Conselho de Administração, que o ILP não está mais vinculado ao desempenho das ações (*phantom shares*), sendo calculado em múltiplos de salário e baseados em metas coletivas definidas pelo Conselho de Administração e metas individuais previamente acordadas.

As condições e regras do Programa de Remuneração Variável podem ser alteradas a qualquer momento pela Companhia, as quais devem ser expressamente informadas ao elegível.

b) Condições para exercício:

O instrumento particular determina que terão direito à concessão e pagamento das remunerações variáveis os elegíveis que atingirem as metas previstas para o exercício, de acordo com as regras estabelecidas no instrumento.

O elegível tem direito ao pagamento do ILP desde que seu contrato de trabalho esteja ativo.

- I. No caso de suspensão do contrato por invalidez, não haverá pagamento enquanto o contrato permanecer suspenso.
- II. No caso de falecimento, os herdeiros e/ou sucessores receberão os direitos aos quais o elegível faria jus até o falecimento, na proporção de 50%.

c) Critérios para fixação do prazo de exercício:

Salvo nas condições de não aquisição mencionadas acima, o ILP será diferido em 2 (duas) parcelas, com pagamentos anuais, ou seja, 50% dos múltiplos de salário base por ano, sendo que o primeiro pagamento somente ocorrerá 1 ano após a concessão do ILP. O montante concedido será o múltiplo de salários base vigente em 31 de dezembro do ano anterior ao pagamento.

d) Forma de liquidação:

A liquidação se dá em folha de pagamento em favor do elegível, quando satisfeitas todas as condições estabelecidas.

32.2 - *Phantom Shares* até o exercício de 2016:

a) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício:

Em cada ano de pagamento das *phantom shares*, a quantidade de direito (¼ por ano) será multiplicada pelo valor médio da ação da PMA (PMAM3) de janeiro a dezembro do ano anterior ao pagamento.

b) Restrições à transferência das ações:

O exercício das *phantom shares* não implica na concessão de ações da Companhia, sendo a remuneração a elas atrelada paga em espécie. Os direitos e obrigações decorrentes do instrumento individual não poderão ser em hipótese alguma, cedidos ou transferidos a terceiros, tampouco oferecidos como garantia de obrigações.

c) Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado do último exercício social e a prevista para o exercício social corrente:

A Companhia completou durante o primeiro trimestre de 2017 o segundo ciclo de avaliação referente ao exercício de 2016, onde foram concedidas as *phantom shares* que serão diferidas em 4 anos, aos elegíveis que estiveram dentro dos critérios estabelecidos no instrumento individual, e a aprovação ocorreu em 29 de abril de 2017 mediante a aprovação das Demonstrações Financeiras de 2016, na A.G.E.

33. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa

a) Transações das atividades de investimento e financiamento que não envolvem caixa

	2019	2018
Atividades de investimento		
Valor residual de ativo permanente baixado	(110)	5
Depreciação e amortização	152.326	108.850
Encargos financeiros	(75)	(196)
Transferência para estoque peças de reposição	-	56.253
Impairment / Prov. Perdas	(1.999)	-
Adições em imobilizado e intangível	150.142	164.912
Atividades de financiamento		
Amortização direito de uso do ativo	13.863	-
Encargos Financeiros	204.763	458.157
	218.626	458.157

b) Reconciliação da dívida líquida

	2019	2018
Empréstimos e financiamentos	2.210.885	2.148.913
Operações com forfaiting e cartas de crédito	85.641	66.914
Instrumentos financeiros derivativos	32.711	(102.864)
Endividamento	2.329.237	2.112.963
Caixa e equivalentes de caixa	118.036	216.668
Aplicações financeiras	25.029	45.556
Caixa Total	143.065	262.224
Dívida Líquida	2.186.172	1.850.739

O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

	Empréstimos e Financiamentos	Operações com forfait e cartas de crédito	Instrumentos financeiros derivativos	Endividamento	Caixa Total	Dívida Líquida
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2018	2.148.913	66.914	(102.864)	2.112.963	262.224	1.850.739
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	(142.791)	18.240	180.176	55.625	(119.159)	174.784
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	204.763	487	(44.601)	160.649	-	160.649
Encargos financeiros e variações cambiais	204.763	487	(44.601)	160.649	-	160.649
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2019	2.210.885	85.641	32.711	2.329.237	143.065	2.186.172

34. Eventos Subsequentes

O avanço do novo coronavírus (“COVID-19”) pelo mundo tem provocado abalos nos mercados globais e elevado as preocupações de investidores, Companhias e governos sobre o impacto da pandemia nas cadeias globais de suprimentos, na atividade econômica, no mercado financeiro e afins, aumentando o risco de uma recessão global, sem mencionar também as preocupações envolvendo as questões básicas de saúde da população mundial.

Os impactos de curto prazo são evidentes e já se traduzem na deterioração das bolsas globais e na queda no preço de algumas commodities, em especial o petróleo. O preço das ações da Companhia, negociadas na bolsa brasileira, caíram de R\$28,45 em 31 de dezembro de 2019 para R\$14,55 em 13 de março de 2020, uma expressiva desvalorização de 49%. Neste mesmo período, o Ibovespa registrou queda de 30%, o que demonstra ser algo sistêmico.

Ainda não há como precisar de forma efetiva, os impactos a longo prazo da nova síndrome no cenário econômico e em especial nas operações da Companhia.

Por outro lado, entendemos que, no curto e médio prazo, este cenário de grande incerteza (sanitária, financeira, logística, produtiva, de serviços etc.) global também representa um risco adicional a todo o processo de turnaround pelo o qual a Companhia vem passando desde 2019, em especial a partir do 3º trimestre, turnaround este com foco em aumento na ocupação dos nossos principais ativos com a respectiva geração operacional de caixa e redução dos ciclos operacionais.

Neste contexto, podemos mencionar que a volatilidade no câmbio pode impactar o fluxo de caixa da Companhia, e que a oferta de matéria prima e a demanda pelos produtos da Companhia podem ser impactadas negativamente, tendo em vista que o principal produto da Companhia (o cobre) é uma commodity diretamente ligada ao crescimento econômico mundial, que, por sua vez, já está seriamente ameaçado, o que pode impactar o nível de atividade da Companhia (para maiores informações, vide o item “Fatores de Risco” do Formulário de Referência).

Consequentemente, e tendo em vista a já observada diminuição da atividade econômica mundial, este cenário possivelmente impactará o nível de atividade da Companhia, de forma que a tarefa de equalizar o perfil da dívida da Companhia junto a seus principais credores financeiros (essencialmente os mesmos que participaram do processo de renegociação em 2017), se torna ainda mais primordial na atual conjuntura. Por outro lado, é possível que o atual cenário também apresente algumas oportunidades, tais como o aumento nos níveis de TC/RC (as chamadas taxas de tratamento e refino são descontos recebidos pela Companhia por seus fornecedores de matéria-prima).

A Companhia está monitorando o atual cenário para mitigar os possíveis impactos nas suas atividades e já implementou um protocolo de saúde interno de modo a enfrentar essa situação da melhor forma possível e visando a colaborar na redução da transmissão do COVID-19. Este protocolo interno segue as orientações dos especialistas no assunto.

Estamos acompanhando atentamente o desenvolvimento deste assunto, tendo como prioridade a segurança e o bem-estar dos integrantes dos nossos quadros e da nossa comunidade em geral, bem como tomaremos as medidas que estiverem ao nosso alcance para mitigar os eventuais riscos existentes.